



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO  
UNIDADE ACADÊMICA DE GARANHUNS**



**PROPOSTA PARA CRIAÇÃO DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GARANHUNS**

Garanhuns  
Dezembro de 2016

## **EQUIPES DE ELABORAÇÃO DA PROPOSTA DE EMANCIPAÇÃO DA UNIDADE ACADÊMICA DE GARANHUNS - UFRPE**

### **Comissão Geral de Elaboração da proposta**

**Airon Aparecido Silva de Melo - Diretor Geral e Acadêmico**

**José Renato Correia Ferro - Diretor Administrativo**

**Cláudio Galvão de Souza Júnior - Coordenador Geral dos Cursos**

**Murilo Chavedar de Souza Araújo - Representante da Comissão de Ensino**

**Robson Santos de Oliveira- Representante da Comissão de Pesquisa**

**Marcos Pinheiro Franque - Representante da Comissão de Extensão**

**Emanuelle Camila M. de Melo Albuquerque Lima - Representante Docente CTA**

**Carlos Willian Ferreira de Araujo - Representante Técnico Administrativo CTA**

**Mariana de Vasconcelos Camelo - Representante discente CTA**

### **Subcomissões:**

#### **1- Perfil Institucional**

**DOCENTES:** ALEXANDRE TAVARES DA ROCHA, ALZENIR SEVERINA DA SILVA, JULIENE DA SILVA BARROS, MÁRCIA FELIX DA SILVA CÔRTEZ, MARIA DO CARMO DE ALBUQUERQUE BRAGA, RODRIGO GUSMÃO DE CARVALHO ROCHA.

**TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS:** MARIA RITA DE CÁSSIA GOMES RIBEIRO, MARIA EDILENE VILAÇA SOUSA E SILVA, NÚBIA POLIANE CARDOSO TEIXEIRA PIRES DE LIMA, ROSIVALDO CARDOSO DE MELO. **DISCENTES:** JOSÉ VICTOR ÁVILA CORREIA DE VASCONCELOS.

#### **2- Ensino e Graduação**

**DOCENTES:** ALIETE GOMES CARNEIRO ROSA, ANDERSON FERNANDES DE ALENCAR, CAETANO DE CARLI VIANA COSTA, FABIANO BARBOSA MENDES DA SILVA, KÁTIA COSTA LIMA CORREA DE ARAÚJO, LEILA NASCIMENTO DA SILVA, LUIZA CRISTINA PEREIRA DE ARAÚJO, MONALIZA RIOS SILVA, PEDRO GREGÓRIO VIEIRA AQUINO, RENATO JOSÉ REIS MOLICA, ROSINALDA AURORA DE MELO TELES, VALÉRIA SUELY SIMÕES BARZA, VIVIANE NUNES SARMENTO.

**TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS:** AMANDA MARIA RODRIGUES DINIZ, LUCINEIDE BARBOSA SILVA, SARAH JACKELLINNY DA S. RODRIGUES. **DISCENTES:** JOSÉ MARIA DE BARROS JÚNIOR.

### **3- Pesquisa e Pós Graduação**

**DOCENTES:**BRUNO BENETTI JUNTA TORRES, DULCIENE KARLA DE ANDRADE SILVA, GEANE DIAS GONÇALVES FERREIRA, ICARO LINS LEITÃO DA CUNHA, JOÃO BATISTA MARTINS DE MORAIS, JOSÉ ROMUALDO DE SOUSA LIMA, KEILA APARECIDA MOREIRA, MARLENE MARIA OGLIARI TIAGO BUARQUE ASSUNÇÃO DE CARVALHO. **TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS:** DEBORA ALMEIDA ALVES, JENER DAVID GONÇALVES DOS SANTOS **DISCENTES:** JÉSSICA DA SILVA OLIVEIRA.

### **4- Extensão e Cultura**

**DOCENTES:** ALBERTO EINSTEIN PEREIRA DE ARAÚJO, ALMIR CHALEGRE DE FREITAS, HORASA MARIA LIMA DA SILVA ANDRADE, LUCIANO CAVALCANTI DO NASCIMENTO, MARCELO MENDONÇA, MARCELO DE OLIVEIRA MILFONT, TACIANA RABELO RAMALHO RAMOS. **TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS:** ILCA SUZANA LOPES VILELA. **DISCENTES:**TALITA NAYARA BEZERRA LINS.

### **5- Planejamento**

**DOCENTES:** CIBELE CARDOSO DE CASTRO, ANTÔNIO RICARDO SANTOS DE ANDRADE, ASSUERO FONSECA XIMENES, FERNANDO FERREIRA DA SILVA DIAS, LUCIANO PIRES DE ANDRADE, LUCIANO SOUZA, LUIS FILIPE ALVES PEREIRA, RICARDO NORMANDO BAPTISTA DO NASCIMENTO NETO, ROBSON MAGNO LIBERAL VÉRAS. **TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS:** FLÁVIO DE ANDRADE SANTIAGO SILVA, FELIPE RODRIGUES DOS SANTOS, GRACINEIDE SANTOS DA SILVA, KÉZIA COSTA BARROS, MARIA CAROLINA ACCIOLY DE ALBUQUERQUE, MARIA GORETE RODRIGUES SIQUEIRA, MARLON ESDRAS JESSE DE SOUZA, VALDEMIR DA SILVA NUNES. **DISCENTES:** EVERLANE LESLY DA SILVA VILAÇA.

### **6- Administração**

**DOCENTES:** CESAR AUGUSTE BADJI, FRANCISCO RESENDE DE ALBUQUERQUE, GUSTAVO PEREIRA DUDA, KLÉBER RÉGIS SANTORO, VICTOR PEREIRA DE OLIVEIRA, WELLINGTON ROMERO SERAFIM FREIRE. **TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS:** ADILMA LOPES BRANDÃO, ALBANY MARIA ALVES DO NASCIMENTO, CAROL SOARES BEZERRA DE SÁ PEIXOTO, FLÁVIA DE ALMEIDA COSTA, GEYSON LIMA DE CARVALHO, IÊDA DAS GRAÇAS BATISTA INOCÊNCIO, JÉSSICA NAYARA DE FREITAS BEZERRA, MARCUS ALEXANDRE PIRES DA

ROCHA, SUSINEIDE SILVA DE ALMEIDA PAES. **DISCENTES:** VANILSON PEDRO DA SILVA.

#### **7- Gestão de Pessoas**

**DOCENTES:** MATHEUS DHEIN DILL. **TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS:** DANILLO NOBRE SANTIAGO, ROBERTA GONÇALVES GOMES MARQUES, VALDELINE ADRIANY CARDOSO DE OLIVEIRA MELO. **DISCENTES:** MATHEUS CARVALHO CORDEIRO.

#### **8- Assistência Estudantil**

**DOCENTES:** CRISTIANO SOARES DE LIMA, DALITON DA SILVA. **TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS:** DIEGO GUEDES RODRIGUES DOS SANTOS, EMANUELLE CHAVES PINTO, FABIANA MARIA DA COSTA, JESIEL RODRIGUES DE LIMA, JOSELYA CLAUDINO DE ARAÚJO. **DISCENTES:** ARYADYNA THALLYA C. L. DE MACÊDO, JAINY DE NORONHA SILVA, JESSANDRA PEREIRA DE LIMA, JULIANA MARIA DE ARAÚJO OLIVEIRA, LEYCE MARCELLE DE H. C. NASCIMENTO, LUCAS AUGUSTO OLIVEIRA DOS SANTOS, LUCINEIDE MARIA DA SILVA, MARIA SUELANE VELOSO DA SILVA, MARIANA MACHADO CUNHA.

## APRESENTAÇÃO

O texto que ora se apresenta carrega como mote fundamental a proposta de implantação da Universidade Federal de Garanhuns – UFGA nas atuais estruturas da Unidade Acadêmica de Garanhuns – UAG, da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE.

Inserida no âmbito das discussões sobre a reestruturação do parque universitário federal e no reordenamento territorial com base na política educacional prescrita no Plano de Desenvolvimento da Educação, esta proposta delinea, para o Conselho Superior da Universidade Federal Rural de Pernambuco – CONSU-UFRPE – a “carta de intenções” que será enviada ao Ministério da Educação - MEC, a qual configura o Projeto de Implantação de uma nova Instituição de Ensino Superior na cidade de Garanhuns.

Tal proposição firma-se em dois eixos estruturantes: o histórico do desenvolvimento da Unidade Acadêmica de Garanhuns, no que se refere a ensino, pesquisa, extensão e assistência estudantil; e a prospecção de uma IES autônoma que leva em conta a consistência dos resultados até então consolidados nos pilares mencionados para projetar novos investimentos nessa linha, tendo em vista, além de um passado de força, as demandas e possibilidades do contexto em que se projeta a nova IES.

Dessa perspectiva dúplice, em que o empreendimento humano e material feito respalda o horizonte por vir, as páginas que seguem darão conta do retrospecto sistemático dos onze anos da Unidade Acadêmica de Garanhuns, captando avanços, resultados e indicadores atingidos nos pilares fundamentais do fazer acadêmico e da vida da comunidade universitária, para capitaneá-los na perspectiva de dizer ao Ministério da Educação que desejamos, podemos e temos condições de ser Universidade porque o Agreste Nordeste - que serve de sustentáculo material e simbólico a esta investida do conhecimento especializado- apresenta demandas e possibilidades de firmamento de uma nova Universidade no seleiro de conhecimento que é hoje a Unidade Acadêmica de Garanhuns.

Posto o retrospecto e a abertura de perspectiva que funda este texto, objetiva-se o organograma estruturante dos entes, das instâncias e das estruturas físicas (móveis e imóveis) viabilizadoras dos processos formativos, científicos, administrativos e de convivência a ser desenvolvidos da nova IES, bem como a correlata estimativa de investimento financeiro a ser empreendida pelo proposto, o Estado Maior, através do Ministério da Educação.

Assim, competirá às instâncias de avaliação a análise e a sugestão de possíveis reelaborações para os itens que mereçam reparo na proposta, para o que a Comissão - representativa dos diferentes grupos de trabalho constituídos na UAG – estará atenta e disposta a envidar os esforços necessários a atender a toda e quaisquer solicitações. Na certeza de um bom diálogo mediado por este texto, a Comissão Geral submete ao Conselho Superior da UFRPE, para posterior encaminhamento ao Ministério da Educação, o Projeto de Emancipação da Unidade Acadêmica de Garanhuns na configuração que se pode vislumbrar a seguir.

## Sumário

1. INTRODUÇÃO .....	9
2. SITUAÇÃO ATUAL DA UNIDADE ACADÊMICA DE GARANHUNS.....	17
2.1 Diagnóstico da atual situação do ensino de graduação da Unidade Acadêmica de Garanhuns -UFRPE.....	17
2.2 Diagnóstico da atual situação da Pesquisa e Pós Graduação da Unidade Acadêmica de Garanhuns - UFRPE.....	19
2.3 Diagnóstico da atual situação da Extensão da Unidade Acadêmica de Garanhuns - UFRPE .....	22
2.4 Diagnóstico da atual situação da Assistência Estudantil da Unidade Acadêmica de Garanhuns - UFRPE.....	24
3. JUSTIFICATIVAS PARA TRANSFORMAÇÃO DA UAG/UFRPE EM UNIVERSIDADE FEDERAL DE GARANHUNS .....	25
3.1. Inserção territorial na perspectiva da transformação da UAG/UFRPE em Universidade Federal de Garanhuns -UFGA.....	26
3.2 Aspectos Socioeconômicos e Área de Abrangência na perspectiva da transformação da UAG/UFRPE em Universidade Federal de Garanhuns - UFGA .....	30
3.3. Adequação ao Plano de Desenvolvimento da Educação– PDE na perspectiva da transformação da UAG/UFRPE em Universidade Federal de Garanhuns -UFGA.....	43
4. OBJETIVOS .....	48
4.1. OBJETIVO GERAL .....	48
4.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....	48
5. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARA IMPLANTAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GARANHUNS .....	49
5.1. PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO .....	49
5.1.1. ENSINO E GRADUAÇÃO .....	49
5.1.2. EAD.....	57
5.1.3. COLÉGIO DE APLICAÇÃO .....	59
5.1.4. PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO.....	60
5.1.5. EXTENSÃO E CULTURA .....	62
5.2. INFRAESTRUTURA PARA IMPLANTAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GARANHUNS.....	69
5.3. INFRAESTRUTURA DE RECURSOS HUMANOS .....	71
5.3.1 – Cargos de Direção e Funções Gratificadas.....	71
5.3.2 – Contratação de Servidores Técnicos Administrativos e Docentes .....	71
5.3.3 - Contratação de servidores Terceirizados .....	74
5.4. INFRAESTRUTURA FÍSICA.....	76

5.4.1- Estrutura Física para Suporte ao Ensino e Setores Administrativos – Sede da UFGA .....	76
5.4.2- Estrutura Física para Suporte ao Ensino e aos Setores Administrativos das Unidades Acadêmicas .....	79
5.4.3 - Detalhamento das Estruturas Físicas de Apoio às Atividades Acadêmicas e Administrativas das Unidades Acadêmicas. ....	80
5.4.4 – Estimativa Orçamentária para a Construção das Edificações Previstas para a UFGA e duas Unidades Acadêmicas .....	82
5.4.5 - Estrutura Veicular para Suporte às Atividades Acadêmicas e Administrativas da UFGA.....	82
5.4.6 - Estimativa Orçamentária para Aquisição de Veículos.....	83
5.4.7 - Estimativa Orçamentária para implantação da UFGA.....	83
5.5 Cronograma de Implantação da UFGA.....	83
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	84
7. REFERÊNCIAS .....	86

# 1. INTRODUÇÃO

## *Histórico da Unidade Acadêmica de Garanhuns*

A Unidade Acadêmica de Garanhuns (UAG) é a primeira das quatro Unidades Acadêmicas criadas pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e figura como forte centro de saber ao lado da Unidade Acadêmica de Serra Talhada (UAST), criada em 2006; a Unidade de Educação a distância e Tecnologia (UEADTec), criada em 2010 e a Unidade Acadêmica do Cabo de Santo Agostinho (UACSA), criada em 2014<sup>1</sup>. A UAG situa-se no Município de Garanhuns, segundo maior da Mesorregião do Agreste Meridional pernambucano, com área de 472,5 km<sup>2</sup>, população de 136,057 habitantes (IBGE, 2014) e encontra-se a 230 km da Capital Recife, onde fica a Reitoria da UFRPE.

Instituída no ano de 2005, pela Resolução nº 44/2005-CONSU, a UAG é, não apenas a primeira expansão da UFRPE, como também a primeira Unidade Acadêmica instalada no país com o processo de interiorização do ensino superior que fora deflagrado em 2004. Teve suas atividades iniciadas em setembro do ano de 2005, com quatro cursos de graduação privilegiados pela população do entorno: Medicina Veterinária, Agronomia, Zootecnia e Normal Superior.

Pioneira na instalação de Unidades Acadêmicas, a Universidade Federal Rural de Pernambuco foi, também, uma das primeiras instituições federais de ensino superior a criar o curso de Licenciatura Plena Normal Superior<sup>2</sup>, no ano de 2005, criando a primeira turma na sede, em Recife, e a segunda na UAG. No ENADE de 2006, o curso Normal Superior da UAG foi o 3º colocado no Brasil, dentre outros 462 cursos, comprovando a qualidade dos cursos ofertados pela Unidade Acadêmica de Garanhuns - o que se verificou com os demais cursos aqui instalados em exames nacionais e demais indicadores nos anos subsequentes.

Como primogênita do processo de interiorização do ensino superior no Brasil, política pública do Governo Federal de então – que ofereceu educação gratuita e de

<sup>1</sup> A UFRPE conta ainda com Departamentos, Pólos e Estações avançadas, além do CODAI, e da Clínica de Bovinos de Garanhuns.

<sup>2</sup> No ano de 2007, o Curso Normal Superior foi transformado no Curso de Pedagogia, assumindo o perfil deste.

qualidade àquela parcela da população que vive nas regiões afastadas das metrópoles – a UAG figura, na atualidade, como referência importante no desenvolvimento do Estado de Pernambuco, pela constituição de núcleos especializados de reflexão teórica e de inserção prática, através dos processos de ensino, pesquisa e extensão na região do Agreste pernambucano e para além dela.

Ao pioneirismo e vocação empreendedora da hoje centenária Universidade Federal Rural de Pernambuco, aliou-se uma aspiração antiga de educadores, empresários, líderes políticos e demais representantes da região por uma Universidade Federal no município de Garanhuns. Dessa forma, a criação da Unidade Acadêmica de Garanhuns foi também uma oportunidade de fortalecer a região tida como pólo educacional, dada a reconhecida memória de seus colégios e a força atuante de duas outras instituições públicas de ensino superior já instaladas na cidade – um campus da Universidade de Pernambuco (UPE), atualmente com 50 anos de atuação em Garanhuns, e a Autarquia de Ensino Superior de Garanhuns (AESGA), que já tem 40 anos desde sua fundação.

Além dessas Instituições, com o passar dos anos e em consonância com o que se propunha no panorama educacional nacional, foi instalado na cidade um *campus* do Instituto Federal de Pernambuco (IFPE), no ano de 2010. Verificou-se, também, o paulatino ingresso da Educação Presencial e a Distância, ofertadas por instituições públicas e privadas. Aspecto que mostra a demanda que existe por esta modalidade de ensino e o potencial da região para tal, o que deverá ser considerado na proposição de uma Universidade Federal nas atuais instalações da Unidade Acadêmica de Garanhuns.

Com o início da consolidação dos primeiros cursos e a aceitação da UAG na região, inclusive pela riqueza de seu patrimônio humano, incluindo docentes, técnicos e discentes – saliente-se que, no momento de sua criação, a UAG apresentava a confortável estatística de um quadro docente composto por mais de 90% de doutores foi natural que, com o Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007 que institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (chamado Reuni II)<sup>3</sup>, a UAG desse novo passo na direção de seu crescimento com a implantação de três novos cursos de graduação: Bacharelado em Ciência da Computação,

<sup>3</sup> Uma das ações integrantes do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), em reconhecimento ao papel estratégico das universidades federais para o desenvolvimento econômico e social.

Engenharia de Alimentos e Licenciatura em Letras<sup>4</sup>.

O fortalecimento da modalidade de ensino de graduação, aliado ao potencial de pesquisa dos docentes (com a aprovação de projetos de Iniciação Científica, formação de recursos humanos e publicações em periódicos especializados), bem como o diálogo com a comunidade através da extensão universitária preparava paulatinamente a Unidade para um novo passo, qual seja, a criação dos Cursos de Pós Graduação. Foi quando teve início a oferta de cursos neste nível de ensino, inicialmente na modalidade *lato sensu*, com o Curso de Especialização em Educação e Desenvolvimento Sustentável, no ano de 2007, e o Curso de Especialização em Botânica, posteriormente, em 2015.

Foi no ano de 2010, apenas cinco anos após a sua instalação, que a Unidade Acadêmica de Garanhuns abriu as portas para três cursos de pós-graduação *stricto sensu*, em nível de mestrado na modalidade de Mestrado Acadêmico: Ciência Animal e Pastagens (PPCAP), Produção Agrícola Sustentável (PPPAS) e Sanidade e Reprodução de Ruminantes (PPSRR). No ano de 2013, numa nova iniciativa de crescimento vinculado às necessidades locais, a UAG passou a ofertar, também, Cursos de Mestrado Profissional: em agosto de 2013, foi iniciado o Mestrado Profissional em Física - PROFÍSICA; e, em dezembro do mesmo ano, passou a funcionar o Mestrado Profissional em Letras – PROFLETRAS. Nesses primeiros anos de funcionamento, os diferentes cursos de Mestrado já formaram mais de 150 mestres, dos quais mais de 50% continuam seus estudos em cursos de Doutorado em várias instituições de renome nacional e internacional.

O crescimento evidenciou-se, também, no patrimônio humano, com aumento do quadro de servidores e com a ampliação do número de discentes. A Unidade conta com 180 (cento e oitenta) docentes efetivos para os cursos de graduação e pós-graduação e totaliza 82 (oitenta e dois) técnico-administrativos, lotados nos mais diversos setores da Unidade, além de um quadro médio de 114 profissionais de apoio, provindos de

<sup>4</sup> Das 54 universidades federais existentes ao final de 2007, 53 aderiram ao programa, em duas chamadas. Primeira chamada: 29/10/2007 para implantação do programa no 1º semestre 2008 (42 Universidades). Segunda chamada: 17/12/2007 para implantação do programa no 2º semestre de 2008 (11 Universidades). A Universidade Federal Rural de Pernambuco atendeu à segunda chamada na criação de três novos cursos na UAG.

empresas terceirizadas (Quadro 1). O quadro discente conta hoje com um total geral de 2.135 (Dois mil, cento e trinta e cinco) discentes (SIGA, 2016), na graduação; e cerca de 100 na pós-graduação. Esses dados podem ser retomados na tabela abaixo com a indicação da formação do quadro de pessoal efetivo e substituto e a especialidade de funções do pessoal terceirizado.

Desse modo, considerando a trajetória da criação da Unidade Acadêmica, tem-se hoje uma visível imagem do seu crescimento: das 120 vagas então existentes na graduação, houve a expansão para 560 vagas anuais. Convém destacar outros aspectos gerais de desenvolvimento. A área construída dobrou, com adequação de toda infraestrutura física. A prática da inclusão revelou-se de modo expressivo com a criação do Núcleo de Acessibilidade, em 2013, e com o acesso aos cursos através do ENEM, que possibilitou o aumento de matrícula/entrada de alunos carentes, oriundos, em sua maioria, de escolas públicas da região.

**Quadro 1.** Quantitativo de pessoal da Unidade Acadêmica de Garanhuns 2016.

<b>QUADRO DE PESSOAL EFETIVO/SUBSTITUTO</b>	<b>QUANTITATIVO</b>
Docentes Efetivos	180
Técnicos Administrativos	82
<b>TITULAÇÃO DOCENTES</b>	<b>QUANTITATIVO</b>
Mestrado	43
Doutorado	137
<b>TITULAÇÃO TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS</b>	<b>QUANTITATIVO</b>
Ensino Médio	12
Graduação	13
Especialização	42
Mestrado	13
Doutorado	2
<b>QUADRO DE PESSOAL TERCEIRIZADO</b>	<b>QUANTITATIVO</b>
Serviços Gerais	40
Serviços de Vigilância	30

Serviços de Manutenção	8
Serviços de Portaria	9
Motorista/Outros	27
<b>FORÇA DE TRABALHO</b>	<b>QUANTITATIVO</b>
Pessoal efetivo	263
Pessoal Terceirizado	114

Fonte: Relatório UAG (2015), com atualização de dados.

A UAG participa, também, de programas estratégicos como o Ciência sem Fronteiras e o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC, Programa de Iniciação Científica (PIC), o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), Bolsa de Extensão – Bext, Monitorias, entre outros, colocando-a na fronteira do conhecimento. Surgem novos espaços destinados à Cultura, Educação e Arte, através dos Programas de Educação Tutorial (PET), a saber Conexão, Criação e Biotecnologia, assim como a discussão de relações de gênero, dentre outros projetos desenvolvidos por docentes nessa área. (RELATÓRIO UAG, 2015).

Há que se considerar, além da evolução de vagas, da ampliação do quadro de pessoal docente e administrativo e do crescimento da instituição na infraestrutura, também a gestão de pessoas, por meio da qual se evidenciam tanto a formação em continuada dos docentes, como as capacitações proporcionadas aos servidores técnico-administrativos, com a oferta dos cursos de Redação Oficial, de Segurança no Trabalho e Qualidade de Vida e de Fundamentos Jurídicos Aplicados aos Técnicos em Assuntos Educacionais.

Com sua potencialidade física e organizacional atual para enfrentar os desafios colocados, para cumprir, com excelência, sua missão e seus objetivos institucionais, a UAG conta, também, com um Hospital Veterinário Universitário para aulas práticas e atividades de extensão, com a Fazenda Didática e um prédio de Laboratórios de Tecnologia de Alimentos além da Casa de Extensão e Artes, localizada no bairro de Heliópolis.

Apesar da Unidade Acadêmica ter apenas mais que uma década de existência, vem avançando no aspecto da maturidade institucional e se redesenhando sempre que necessário, com o amadurecimento de seu modelo colegiado de gestão como alternativa que melhor representa os anseios da comunidade. Dessa forma, buscou a presença

efetiva e a participação qualitativa dos servidores, a fim de que juntos possam fazer a UAG a instituição que todos sonham e que as comunidades merecem.

As perspectivas iniciais apontam, ainda, para a necessidade de contextualização com o fazer educacional atual, aquela que se refere às ofertas de cursos, nos variados níveis de formação, nas modalidades presencial e a distância.

Dessa forma, propomos a implantação de uma universidade pública plural na sua oferta de modalidades de formação que atenda aos diferentes perfis de ingressos e, também, à necessidade de expansão *multicampi*, constituindo polos de educação em municípios no entorno do *campus* sede e nas estações avançadas, a exemplo da Fazenda Didática e da Estação Experimental de Ibimirim.

Ressaltamos que a implantação da Universidade Federal de Garanhuns-UFGA, a partir da Unidade Acadêmica de Garanhuns, deve primar por uma política de crescimento que consolide os cursos existentes na UAG/UFRPE (7 graduações e 5 mestrados) em termos de estruturas e bases teóricas cuja necessidade já se evidencia e que abra, ainda, perspectivas de implantação de novas áreas em sintonia com as demandas e possibilidades da região abrangida.

Nesse sentido, julgamos importante montar uma estratégia de desenvolvimento da futura Instituição de Ensino Superior Pública, considerando dois aspectos fundamentais: (1) Fortalecimento da estrutura existente (administrativa, pedagógica, didática, física e organizacional) que se constituirá como sede da UFGA; e, (2) Implementar suas expansões a partir dos aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais da região identificada como de influência dessa nova IFES. Com base nessa estratégia de desenvolvimento, o fortalecimento da estrutura existente evidencia-se como prioritário para embasar um futuro promissor para a UFGA. Assim, o planejamento estratégico deve adotar como linha de atuação a construção e a consolidação de cursos cujas áreas de atuação e estruturas curriculares estejam em sintonia com as necessidades de formação ancorada no conhecimento universal e baseada em referências local, regional e nacional. A identificação da área de influência dessa nova IFES leva em conta, particularmente, o contexto presente e futuro da região do agreste nordestino em que a mesma objetiva atuar na atração de jovens em idade de acesso ao ensino superior.

No contexto atual e alinhada com o movimento de emancipação de outras unidades acadêmicas no País, a Unidade Acadêmica de Garanhuns reconfigura sua

história, apresentando-a como credencial para pleitear junto ao Ministério da Educação a Emancipação da Universidade Federal Rural de Pernambuco e tornar-se uma IFES autônoma.

### *Histórico do Processo de Emancipação da Unidade Acadêmica de Garanhuns*

A proposta de Emancipação da Unidade Acadêmica de Garanhuns está inserida no âmbito das discussões sobre a reestruturação do parque universitário federal e no reordenamento territorial com base na política educacional proposta no Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE (2007).

Neste contexto, a Magnífica Reitora da UFRPE, Profa. Maria José de Sena, convocou a comunidade acadêmica para uma reunião de esclarecimento sobre o tema da emancipação em pauta no MEC. A reunião ocorreu no dia 21 de setembro de 2016, tendo como ponto principal o panorama de outras Unidades Acadêmicas que pleiteiam, atualmente, autonomia em todo território nacional.

A partir disso, deu-se início a discussão dentro da comunidade acadêmica, sob a coordenação do Diretor Acadêmico, Prof. Airon Aparecido Silva de Melo, para definir-se, coletivamente, um posicionamento a respeito da proposta de Emancipação, para que todos tivessem a liberdade de decidir afirmativamente ou negativamente à proposta.

Com vistas a envolver e informar a Comunidade Acadêmica foi realizado, no dia 28 de setembro de 2016, um momento de esclarecimento, com mesas redondas compostas por docentes, discentes e técnicos, nos três turnos, em que os pontos favoráveis e ou desfavoráveis relativos à proposta foram debatidos pela comunidade.

Após este momento de esclarecimento, a comunidade foi convidada a participar, democraticamente, de um plebiscito, no qual todos os segmentos, docentes, discentes e técnicos votaram, em sua maioria, por dar início ao processo que pleiteia a autonomia da Unidade, com vistas a transformá-la em Universidade.

A partir da decisão coletiva de emancipação, o Conselho Técnico Administrativo da UAG (CTA), instaurou no dia 11 de outubro, a Comissão Geral de Emancipação. Posteriormente, esta Comissão dividiu o trabalho de construção da Proposta de Emancipação da UAG em núcleos temáticos a cargo de oito subcomissões: 1.Subcomissão de Perfil Institucional; 2.Subcomissão de Ensino e Graduação; 3.Subcomissão de Pesquisa e Pós-graduação; 4.Subcomissão de Extensão; 5.Subcomissão de Planejamento; 6. Subcomissão de Administração; 7.Subcomissão de

Pessoas; e 8. Subcomissão de Assistência Estudantil. A unificação do documento final focou sob a responsabilidade da Comissão Geral, sendo este o ato de conclusão dos trabalhos e elaboração da presente proposta. A composição das subcomissões foi baseada em consulta aberta a toda Unidade (docentes, discentes e técnicos administrativos). Com as comissões formadas, no dia 25 de outubro deu-se início aos trabalhos das subcomissões, supervisionada pela Comissão Geral, com proposta finalizada e homologação pelo CTA no dia 15 de dezembro de 2016. Na continuidade do tramite dessa proposta , este documento foi encaminhada à Reitoria da UFRPE, para ser submetida ao Conselho Superior desta Universidade para registro, tramitação e aprovação.

## **2. SITUAÇÃO ATUAL DA UNIDADE ACADÊMICA DE GARANHUNS**

Dentro do contexto multifacetado, a descrição da situação atual da Unidade Acadêmica de Garanhuns foi construída com base nas atividades de ensino de graduação, pesquisa e pós graduação, extensão e assistência estudantil.

### **2.1 Diagnóstico da atual situação do ensino de graduação da Unidade Acadêmica de Garanhuns -UFRPE**

A formação do ensino da Unidade da Acadêmica está pautada em dois panoramas, um intrínseco e outro extrínseco. O panorama intrínseco diz respeito a tudo aquilo que compreende os aspectos internos dos cursos: seu funcionamento, o organograma, sua viabilidade institucional, entre outros; e o extrínseco diz respeito à comunidade de entorno.

O panorama intrínseco da Unidade Acadêmica de Garanhuns (UAG), unidade que foi criada 2005, ofertando os cursos de Agronomia, Licenciatura Normal Superior (atual Licenciatura em Pedagogia), Medicina Veterinária e Zootecnia. Em 2009 passam a ser ofertados os cursos de Bacharelado em Ciência da Computação, Engenharia de Alimentos e Letras. A estrutura administrativa da UAG tem como instância máxima representativa a Direção Geral e Acadêmica, a Direção Administrativa, O Conselho Técnico Administrativo, a Secretaria e as Comissões de Ensino, Pesquisa e Extensão. A organização didático-científica da Unidade é exercida pela Coordenação Didática dos Cursos de Graduação cujo(a) presidente(a) é o(a) Coordenador(a) Geral dos Cursos de Graduação que, juntamente com coordenadores(as) dos cursos, discentes e docentes, formam o Colegiado Geral de Coordenação Didática. A Unidade Acadêmica possui 180 professores(as) com uma média de 26 docentes nos sete cursos existentes.

Em um contexto geral, em 2014, a Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE (Código IES - 587) obteve conceito 4 (3,2411) no Índice Geral de Cursos (IGC). Para tratarmos da situação atual de ensino que concerne à UFRPE/UAG, são apresentados alguns indicativos como o Conceito Preliminar do Curso (CPC) e o

Conceito do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE)<sup>5</sup>.

—No quadro a seguir, apresentamos o Conceito Preliminar do Curso (CPC) e o Conceito do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE)<sup>6</sup> dos cursos de UAG.

**Quadro 2:** Avaliação dos Cursos da UFRPE/UAG, segundo o Conceito Preliminar do Curso (CPC) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE).

CURSOS	NÚMEROS E/OU CONCEITOS POR INDICATIVOS	
	CPC <sup>7</sup> (Contínuo/Faixa)	ENADE <sup>8</sup> (Contínuo / Faixa)
Agronomia	3,0504 / 4 (2013)	2,4475 / 3 (2013)
Bacharelado em Ciência da Computação	3,6007 / 4 (2014)	4,1863 / 5 (2014)
Engenharia de Alimentos	3,5499 / 4 (2014)	3,7947 / 4 (2014)
Licenciatura em Letras	3,2402 / 4 (2014)	3,1323 / 4 (2014)
Licenciatura em Pedagogia	3,3752 / 4 (2014)	3,9427 / 4 (2014)
Medicina Veterinária	Unidade com cursos não reconhecidos até 31/10/2014 (2013)	3,3226 / 4 (2013)
Zootecnia	2,7216 / 3 (2013)	2,5595 / 3 (2013)

O panorama extrínseco compreende a relação dos cursos com o território. Localizada no Agreste Meridional, a UFRPE/UAG está inserida em um local privilegiado para a transformação da UAG em UFGA. A referida unidade está localizada na cidade de Garanhuns-PE, a 100 km de Caruaru (PE), a 230 km de Recife (PE), a 180 km de Maceió (AL) a 240 km de Campina Grande (PB), possuindo uma localização estratégica, seja pela interação com outras universidades, ou com outros

<sup>5</sup> Disponível em: <>. Acesso em: 03 nov. 2016).

<sup>6</sup> Disponível em: <>. Acesso em: 03 nov. 2016.

<sup>7</sup> Disponível em: <>. Acesso em: 31 out. 2016. (2013/2014)

<sup>8</sup> Disponível em: <>. Acesso em: 31 out. 2016. (2013/2014)

territórios.

A inserção da UFGA no território corresponde também um grande desafio social, notadamente no atendimento às comunidades rurais mais carentes, que possuem uma produção voltada predominantemente para cultivo de mandioca, pecuária, fruticultura e de hortaliças (IBGE, 2006). Principalmente nas comunidades mais afastadas dos centros urbanos, a dificuldade no escoamento de produção e os problemas ocasionados pelo período da seca reduziram a capacidade produtiva dessas comunidades à subsistência. As condições das estradas e de todo aparato de políticas públicas é péssimo, para boa parte dessa população. Alguns postos de saúde possuem certa regularidade, mas outros, só funcionam esporadicamente, muitas vezes por falta de profissional da área. A situação da educação também é precária. A maior parte das escolas no campo só funcionam até o quinto ano, a formação do profissional de educação é praticamente inexistente, os transportes escolares, quando é realizado, é precaríssimo (INEP, 2010). Esse quadro estrutural acaba por refletir em vários problemas que se insere na realidade educacional dessas áreas: evasão escolar, dificuldade de se completar o ciclo do ensino médio, falta de qualificação profissional dos educadores(as) que atuam no campo, falta de profissionais qualificados para atender ao público específico das comunidades no campo e na cidade, o que por fim reflete em um quadro de exclusão que atinge outras áreas, como o emprego, a violência e o estrangulamento econômico do território.

Como descrito anteriormente sobre as características socioeconômicas, existe a demanda desses municípios por profissionais que possam atuar enquanto fomento do desenvolvimento local, ou nas unidades de saúde e nas escolas é enorme. Certamente, que esse projeto de emancipação, se for aceito, irá beneficiar diretamente, não somente os alunos que querem ingressar no Ensino Superior, mas principalmente todo o território. E é com essa perspectiva de intervenção no território, que propomos e pensamos como será a consolidação dos cursos já existentes e a implementação dos novos cursos na UAG.

## **2.2 Diagnóstico da atual situação da Pesquisa e Pós Graduação da Unidade Acadêmica de Garanhuns - UFRPE**

Desde a criação da UAG, as administrações central (Reitoria) e local (Direção da UAG) tiveram a preocupação em priorizar a contratação de Doutores. Desse modo, dos 180 docentes que atuam atualmente na UAG, 137 são Doutores (76,1%) e 43 são Mestres (23,9%).

Com o passar do tempo, desse grupo de docentes, formou-se outro com professores Doutores ligados aos cursos de Graduação em Agronomia, Medicina Veterinária e Zootecnia que consolidaram e fortaleceram seus cursos, por meio da aprovação de projetos de pesquisa e de bolsas de Iniciação Científica, em órgãos de fomento tais como: CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e FACEPE (Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco), bem como com a formação de recursos humanos e a publicação de vários artigos em periódicos indexados nacional e internacionalmente.

Assim, em 2009, esse grupo de docentes enviou para a Capes três Aplicativos para Propostas de Cursos Novos (APCN) de Mestrados Acadêmicos: Mestrado em Ciência Animal e Pastagens (PPGCAP), Mestrado em Produção Agrícola (PPGPA) e Mestrado em Sanidade e Reprodução de Ruminantes (PPGSRR). Todos os três APCN foram aprovados, sendo que o PPGSRR iniciou suas atividades em março de 2010 e o PPGCAP e PPGPA iniciaram suas atividades em agosto de 2010. Nesses primeiros seis anos de funcionamento, esses três mestrados já formaram 140 mestres, dos quais 50% continuam seus estudos em cursos de Doutorado em várias instituições de renome nacional e internacional, como: USP, UFLA, UFV, UNESP, UFPE etc.

Considerando que os cursos de Graduação na UAG não são apenas da área de Ciências Agrárias, professores doutores da área das licenciaturas também criaram um polo do Mestrado Nacional Profissional em Ensino de Física (PROFIS, 2013), na UAG, ligado à Sociedade Brasileira de Física (SBF), o qual funcionou até 2015, formando oito Mestres. Com a consolidação do curso de Graduação em Letras criou-se, na UAG em 2014, um polo do Programa de Mestrado Profissional em Letras (PROFLETRAS), o qual está em pleno funcionamento, com as primeiras defesas de Dissertação ocorrendo no segundo semestre de 2016. Dessa forma, levando em consideração que, “atualmente, apenas 31,4% dos professores da Educação Básica possuem Pós-Graduação”, segundo dados do censo escolar (2014), a criação desses dois cursos, na UAG, embora ainda longe de realizar uma das metas do PNE, que é a de ter 50% desse público pós-graduando, em 2024, já iniciou à busca de concretização da meta 16 desse Plano,

relativo à formação continuada e Pós-Graduação de professores da Educação Básica. Portanto, mais cursos dessa natureza se fazem necessário.

As pesquisas desenvolvidas inicialmente na UAG, as quais deram origem aos cursos de Pós-Graduação, foram possibilitadas devido ao apoio da Reitoria e da Direção Geral da UAG, bem como pela dedicação dos docentes na obtenção de recursos financeiros de órgãos de fomento, tais como: FINEP, CNPq, CAPES, FACEPE, BNB, etc. Para se ter uma ideia da capacidade dos docentes da UAG na aprovação de recursos, somente na FINEP (de 2005 a 2016) já foram aprovados financiamentos em torno de R\$ 11.000.000,00. Além disso, os docentes da UAG aprovaram, desde a sua fundação até os dias atuais, mais de 350 cotas de bolsas de Iniciação Científica (CNPq, UFRPE, FACEPE) e 65 cotas de bolsas de Mestrado na FACEPE, além das mais de 60 cotas do Programa de Demanda Social da CAPES. Ademais, dos 180 docentes da UAG, 113 participam de Grupos de Pesquisa cadastrados no CNPq, dos quais 26 são líderes desses grupos.

Todo esse volume de recursos e de bolsistas permitiu a consolidação da infra estrutura dos laboratórios da UAG e de usuários, nos quais se realizam pesquisas nas mais variadas áreas do conhecimento (Agrárias, Biológicas, Ambientais, Exatas, Humanas, etc.). Especificamente em relação a essas consolidações, a UAG conta com dois prédios contendo laboratórios multiusuários: um destinado ao ensino e outro à pesquisa (CENLAG).

O CENLAG (Centro Laboratorial de Apoio à Pesquisa da Unidade Acadêmica de Garanhuns) é um laboratório multiusuário, financiado pela FINEP, e dispõe de uma área de 900 m<sup>2</sup>, com bancadas, central de gases e infraestrutura de internet via cabo e sem fio, sendo composto de subunidades laboratoriais relacionadas ao desenvolvimento de pesquisas nas áreas das Ciências Agrárias, Biológicas e Ambientais. Os laboratórios são: Biologia Molecular; Biorreatores e Centrífugas refrigeradas; Biotecnologia; Cromatógrafo Líquido – HLPC; Cromatógrafo Gasoso – GC/MS; Ecologia de Vertebrados Alados; Entomologia Aplicada; Fitopatologia; Metabolismo, Fisiologia e Bioquímica Animal; Microbiologia; Microscopia; Produção Vegetal e Nutrição de Plantas; Química Agrícola e Ambiental; Raios X e Fluorescência de Raios X/ Infravermelho; Reprodução Animal. Nesses laboratórios estão disponíveis equipamentos de ponta que possibilitam o desenvolvimento de diversas pesquisas.

Além desses laboratórios, recentemente foi adquirida pela UFRPE, uma Fazenda de 103 ha, distante cerca de 15 km da UAG/UFRPE, que servirá para as pesquisas de campo. A UAG também dispõe do Hospital Veterinário Universitário (HVU), equipado com infraestrutura adequada para oferecer cursos de Residência Multiprofissional, bem como oito Laboratórios de Computação, cada um com 40 máquinas, totalizando 320 computadores. Esses laboratórios, conectados à rede mundial de computadores, possibilitam o acesso ao portal de Periódicos da Capes, o qual disponibiliza recursos bibliográficos diversificados e atuais para o desenvolvimento da Pesquisa e da Pós-Graduação.

Afora disso, em 2013 foi aprovado na FINEP (edital CT-INFRA 01/2013), projeto no valor de R\$ 2.602.864,00, que contempla a construção de 15 novos laboratórios, para atender a demanda dos atuais Mestrados Acadêmicos (Ciência Animal e Pastagens e Produção Agrícola).

Em face do relatado acima, vê-se claramente que o desenvolvimento da Pesquisa e da Pós-Graduação na UAG já vem ocorrendo de forma satisfatória. No entanto, qualquer Instituição de Ensino Superior que pretenda ser de excelência, deve primar por uma Pesquisa e uma Pós-Graduação de elevada qualidade. Assim sendo, faz-se necessário o aumento em qualidade, por meio da elevação dos conceitos atuais dos cursos de Mestrado, e em quantidade, por meio da criação de novos cursos de Pós-Graduação.

### **2.3 Diagnóstico da atual situação da Extensão da Unidade Acadêmica de Garanhuns - UFRPE**

Na atualidade, a Pró-reitoria de Extensão (PRAE) é o órgão de planejamento, gestão, monitoramento e avaliação das atividades de extensão desenvolvidas pela UFRPE, cujas ações são desenvolvidas por docentes, técnicos e discentes da universidade. Para a realização das atividades de Extensão, a PRAE conta com o apoio de três Coordenadorias: Educação Continuada, Integração Comunitária e Comunicação, Arte e Cultura, além de programas e projetos.

A Coordenadoria de Educação Continuada assessora os Departamentos Acadêmicos na realização de formações, eventos e cursos de extensão, tendo em vista o interesse e aspirações da sociedade. Desenvolve cursos para comunidade acadêmica da

UFRPE e extramuros. Desenvolve ainda formações em parcerias com instituições governamentais e não-governamentais, como formações para professores com as Secretarias de Educação das redes públicas, municipal, estadual e federal.

A Coordenadoria de Integração Comunitária promove a integração de lideranças, órgãos, entidades e instituições públicas ou privadas, rurais e/ou urbanas com a Universidade, no processo de Desenvolvimento Territorial e Local, proporcionando elementos para a integração com o Ensino e Pesquisa. São desenvolvidas atividades como: seminários, oficinas, cursos, minicursos, participação em exposições agropecuárias, capacitação de produtores rurais em assentamentos de reforma agrária, incentivo à participação de alunos e bolsistas de extensão em eventos e congressos, apoio a campanhas socioeducativas governamentais sobre saúde pública, divulgação de informes e assistência à população. Promove a comunicação entre as Comissões de Extensão dos Departamentos Acadêmicos da UFRPE.

A Coordenadoria de Comunicação, Arte e Cultura busca promover, assessorar e produzir arte e cultura em suas diversas formas de expressão: poesia, música, dança, literatura, cantoria, artes plásticas, desenho, pintura, escultura, coral, teatro, fotografia, artesanato, feiras e palestras, visando despertar a sensibilidade pela arte e a cultura junto aos alunos, técnicos, professores e a comunidade do entorno, apoiando as atividades do Coral e do Memorial da UFRPE.

Em relação às atividades de extensão desenvolvidas na UAG, foi traçado um panorama que com base no Sistema de Informações e Gestão de Projetos do MEC (SigProj). Com base na média de 55,6 ações de extensão das realizadas nos últimos 5 anos na UAG (Tabela 1).

**Tabela 1.** Ações de extensão desenvolvidas na Unidade Acadêmica de Garanhuns-UFRPE de 2008 a 2016 e projeção para 2027.

Ação extensionista	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
--------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

<b>Eventos</b>	5	4	19	3	13	7	7	10	9
<b>Cursos</b>	0	8	7	0	3	1	1	9	0
<b>Projetos</b>	5	2	23	27	27	37	39	44	46
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>14</b>	<b>49</b>	<b>30</b>	<b>43</b>	<b>45</b>	<b>47</b>	<b>63</b>	<b>55</b>

#### **2.4 Diagnóstico da atual situação da Assistência Estudantil da Unidade Acadêmica de Garanhuns - UFRPE**

A assistência estudantil é uma política educacional voltada ao atendimento de necessidades fundamentais dos estudantes, com vistas à permanência e ao sucesso de suas formações acadêmicas. Tal política é, portanto, estratégica ao processo de democratização da educação superior pública federal, o qual demanda a garantia do acesso, mas também as condições de permanência, e a conclusão dos cursos aos estudantes das universidades federais brasileiras.

Seu amparo legal se encontra no Artigo 206 da Constituição Federal de 1988, assim como no Artigo 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em vigor desde dezembro de 1996. Nestes dispositivos prevê-se que a igualdade de condições para acesso e permanência na escola é um princípio norteador da educação no país.

O principal marco regulatório na trajetória da assistência estudantil no Brasil foi a criação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituído através da Portaria Nº 32, do Ministério da Educação (MEC), em 12 de dezembro de 2007. Nesta Portaria a assistência estudantil é mencionada como “estratégia central para o combate às desigualdades sociais e regionais e para a democratização das condições de acesso e permanência de jovens no ensino superior público federal” (BRASIL, 2007).

As ações de assistência estudantil nas Unidades Acadêmicas da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) são geridas pela Pró-Reitoria de Gestão Estudantil e Inclusão (PROGESTI) e implementadas através das Coordenadorias de Gestão Estudantil (COGEST).

Cabe à COGEST o encargo de prestar assistência estudantil aos estudantes da UFRPE nas unidades acadêmicas, na tentativa de promover a permanência destes no ensino superior público, ao oferecer os meios que permitam um processo de formação

acadêmica e profissional para os alunos com perfil de vulnerabilidade social. Dentre os programas ofertados pela COGEST-UAG destacam-se:

Os atendimento de Serviço Social: tem sido responsável, dentre outras atribuições, pelo processo de seleção para ingresso nos programas de assistência estudantil e acompanhamento dos estudantes atendidos pelos diversos programas ofertados pelo setor. Com relação ao número de atendimento, em média, foram feitos 1500 por ano.

O setor de Psicologia possui suas atividades vinculadas a Pró Reitoria de Gestão Estudantil da UFRPE tendo como finalidade prestar atendimento psicológicos individual e em grupo aos universitários que demandam esse tipo de intervenção nas esferas de aprendizagem, relacionamento acadêmico e orientação profissional. Com relação ao número de atendimento, em média, foram feitos 200 por ano.

O setor Administrativo é um segmento organizacional que está atrelado/subordinado diretamente à PROGESTI da UFRPE e atua juntamente com as assistentes sociais e o psicólogo da UAG, interagindo com os mesmos na prestação de serviços à comunidade acadêmica. Dentre os serviços destacam-se atendimento a bolsistas, levantamento e tratamento de dados ligados a está Pro Reitoria assim como organização de arquivos e divulgação de ações relativas a COGEST.

Em todos os atendimentos, a COGEST-UAG buscou construir estratégias para operacionalizar a política de assistência sob a perspectiva do direito, com ações que possam fomentar a reflexão e o tensionamento da lógica economicista que tem atingido as políticas sociais, em prol da universalidade e garantia da permanência dos alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica na universidade pública.

### **3. JUSTIFICATIVAS PARA TRANSFORMAÇÃO DA UAG/UFRPE EM UNIVERSIDADE FEDERAL DE GARANHUNS**

As justificativas para transformação da Unidade Acadêmica de Garanhuns em Universidade Federal de Garanhuns foi construída com base na inserção territorial, nos aspectos socioeconômicos e área de abrangência, na adequação ao Plano Desenvolvimento da Educação - PDE, no Ensino de Graduação, Pesquisa e Pós Graduação, na Extensão e Cultura.

### 3.1. Inserção territorial na perspectiva da transformação da UAG/UFRPE em Universidade Federal de Garanhuns -UFGA

A implantação de uma IFES, no contexto em que se insere a atual Unidade Acadêmica de Garanhuns, situada no Agreste Meridional de Pernambuco, demarca como espaço referencial de expansão uma área geograficamente formada por municípios situados nas mesorregiões do Agreste e Sertão, inseridos entre os estados de Pernambuco e de Alagoas, podendo se estender até a Bahia.

A UFGA terá sua sede no município de Garanhuns onde foi implantada a unidade de ensino superior que, atualmente, funciona como *campus* avançado da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE/UAG). A escolha da cidade de Garanhuns como sede da nova IFES está diretamente relacionada à existência da infraestrutura física e de profissionais já disponíveis na Unidade Acadêmica de Garanhuns. Também está atrelada à importância socioeconômica e cultural da cidade que corresponde ao polo da microrregião do Agreste Meridional de Pernambuco (Figura 1).



**Figura 1.** Localização do Município na Microrregião de Garanhuns/PE. Fonte: SILVA (2012), adaptado por VASCONCELOS (2016).

Devido à posição geográfica que ocupa, situado num cruzamento de rodovias federais (BR 423 e 424) que ligam Pernambuco aos estados da Bahia e Alagoas (respectivamente), e rodovias estaduais (PE 208 e 177) que ligam a cidade aos municípios do Agreste Meridional e a Mata Sul (Figura 2), a cidade de Garanhuns possui posição favorável às comunicações viárias com as demais unidades administrativas da sua microrregião e às principais cidades do Nordeste e Centro/Sul do Brasil. Dessa forma, tornou-se um importante centro comercial, de serviços e de turismo, exercendo influência em municípios vizinhos situados em Pernambuco e em Alagoas (SILVA, 2012).



**Figura 2.** Eixos Rodoviários que Cruzam o Município de Garanhuns – PE. Fonte: Google Maps (2016).

Além de se configurar como área de entroncamento viário, o Município de Garanhuns centraliza, economicamente, parte da Região Agreste, denominado por Agreste Meridional, composta por esse e outros 26 municípios. Face à localização e a sua importância como polo regional, Garanhuns, historicamente, esteve marcada por sua vocação e perfil atrativo às atividades de comércio e serviços, especialmente ligados às áreas de educação, saúde e turismo. A cerca dos serviços educacionais que justificam a necessidade de implantação de uma IFES nessa região, Ubirajara (2015) salienta que:

[...] as instituições de ensino instaladas em Garanhuns-PE, ao longo de um contexto histórico, personalizaram-se como veículos promotores do desenvolvimento urbano e regional, a partir da compreensão das relações que se estabelecem entre estas instituições, a cidade e a região do agreste meridional pernambucano, tendo por referência a aquiescência e a parceria do estado enquanto instituição reguladora das ações coletivas (2015, p. 113).

Segundo o CONDEPE/FIDEM (2013), a rede de influência de Garanhuns é constituída pelos municípios que estão no entorno da microrregião de Garanhuns<sup>9</sup> e, também, aponta a centralidade da cidade que se conforma como importante polo comercial e de serviços para o qual se direcionam populações vindas de municípios situados no Agreste Meridional, Central e na Mata Sul, conforme pode ser visto na Figura 3.

<sup>9</sup> 1. Garanhuns; 2. Tupanatinga; 3. Buique; 4. Pedra; 5. Itaíba; 6. Águas Belas; 7. Iati; 8. Bom Conselho; 9. Terezinha; 10. Saloá; 11. Paratama; 12. Caetés; 13. Venturosa; 14. Capoeiras; 15. Brejão; 16. Lagoa do Ouro; 17. Correntes; 18. Palmeirinha; 19. São João; 20. Jucati; 21. Jupi; 22. Calçado; 23. Lajedo; 24. Jurema; 25. Angelim e 26. Canhotinho

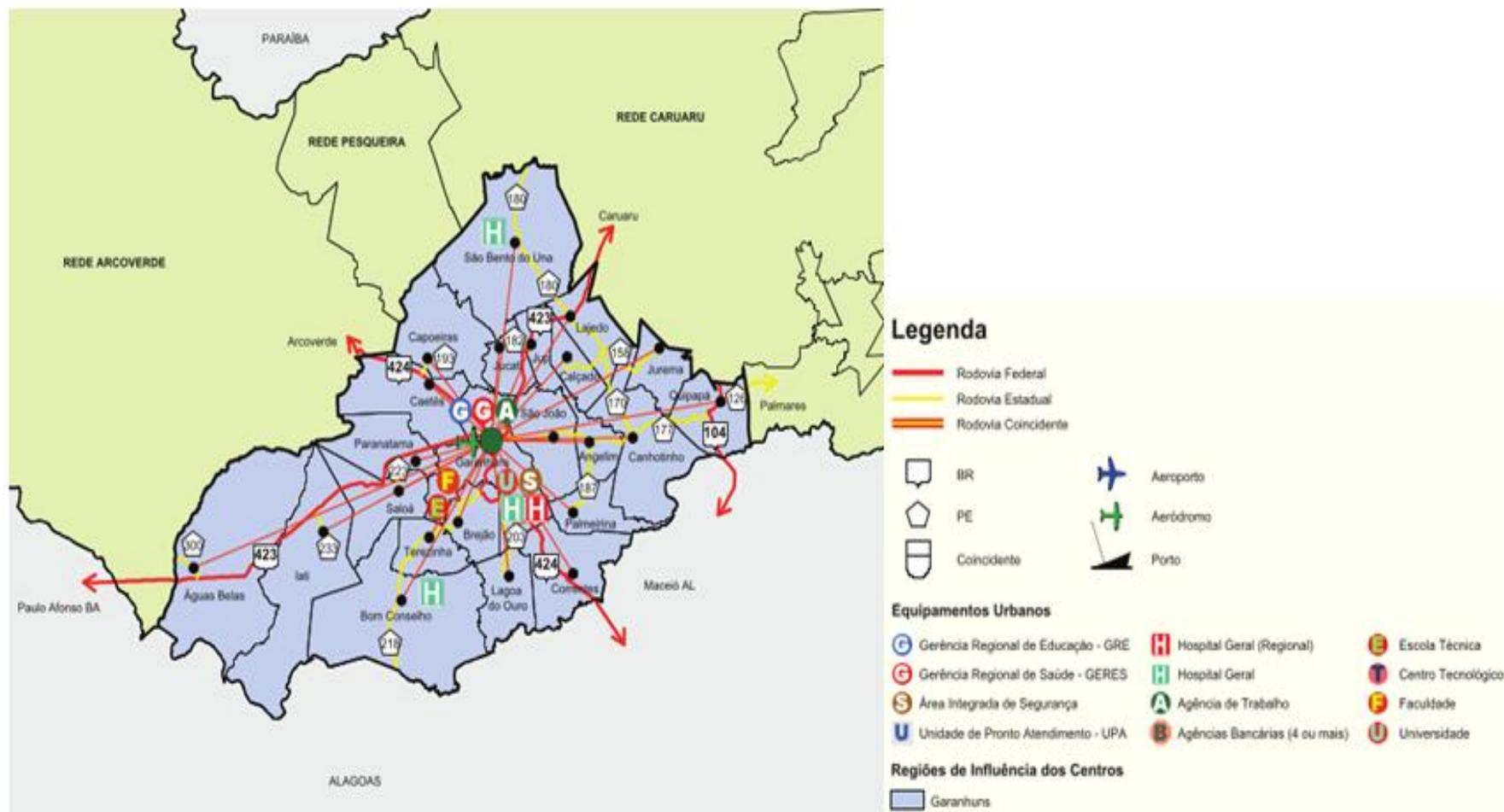


Figura 3. Centralidade, Área de Influência e Equipamentos Urbanos de Garanhuns – PE. Fonte: Agência Condepe/Fidem (2013).

A cidade de Garanhuns funciona como uma rede primaz, onde não há outros polos de influência à sua proximidade. Essa rede urbana compreende 7.49% do território estadual e influencia diretamente 12.43% dos municípios pernambucanos. O que representa 3.57% do PIB do Estado, onde o núcleo (Garanhuns) representa 33.57% do PIB da rede (CONDEPE/FIDEM, 2013).

Junte-se a esses aspectos caracterizadores da área de inserção socioeconômica, o fato de haver nessa região claras possibilidades de aproveitamento dos profissionais a serem formados no ensino superior ofertado em Garanhuns, dada a penetração em diversos municípios da região dos atuais egressos das diferentes áreas técnicas científicas e informacionais (bacharéis, licenciados).

### **3.2 Aspectos Socioeconômicos e Área de Abrangência na perspectiva da transformação da UAG/UFRPE em Universidade Federal de Garanhuns - UFGA**

A opção pelo Agreste como *locus* de implantação sugere a possibilidade de denominação da futura Universidade. Opção que além de marcar a identidade simbólica e contextual da população, representa, ainda, a construção e o fortalecimento das especificidades regionais. A área contornada abrange espaços territoriais inseridos nas Bacias Hidrográficas dos Rios Mundaú, Una, Moxotó, Ipanema e Ipojuca (Figuras 4), além de limitar-se com outras importantes microrregiões do Estado de Pernambuco, como a Zona da Mata Sul e Sertão do Pajeú.

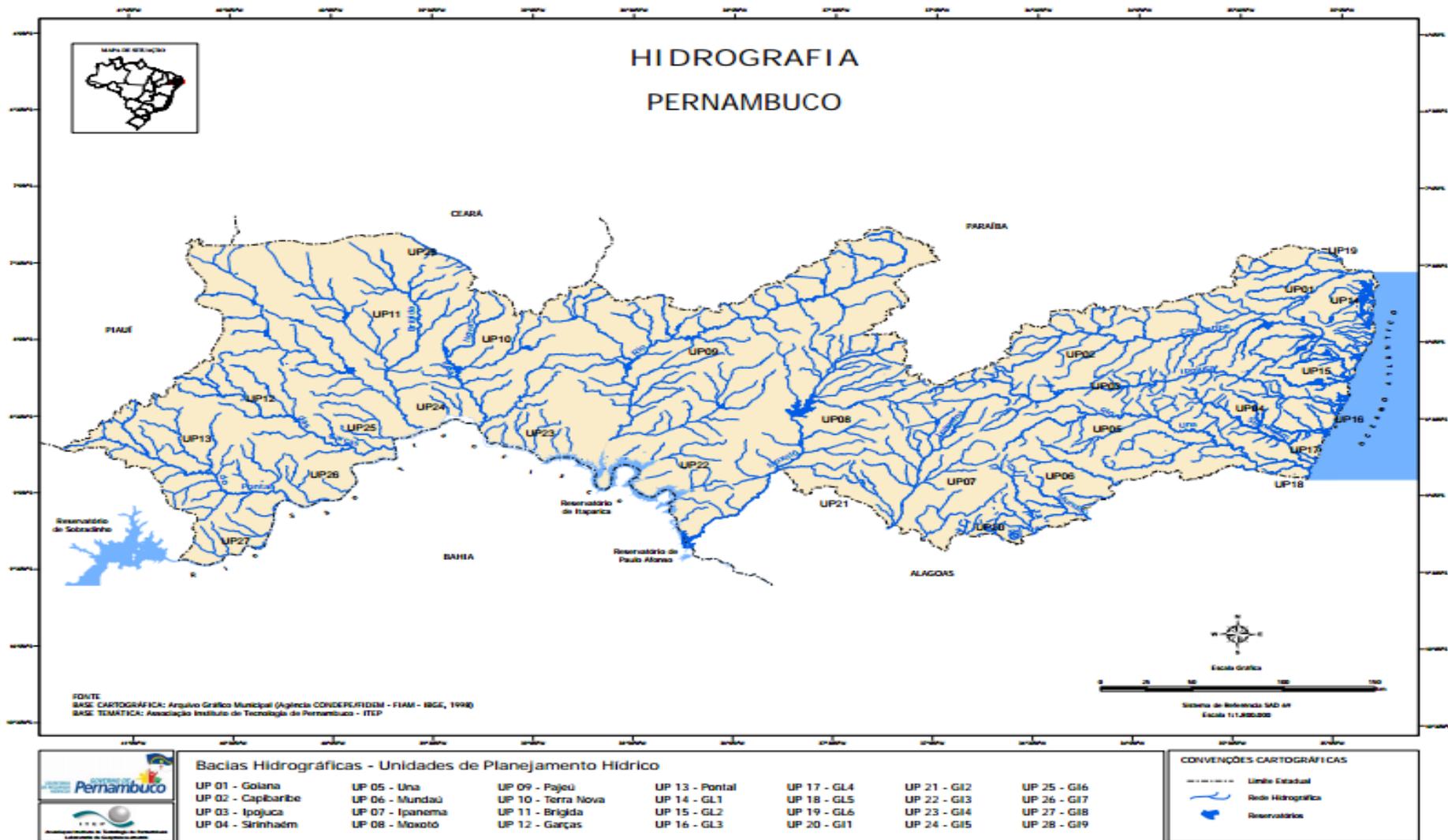


Figura 4. Bacias Hidrográficas de Pernambuco. Fonte: SRHE – PE (2006).

A área de expansão natural da nova universidade está direcionada aos Estados de Pernambuco, Alagoas e Bahia, mais precisamente na direção das Mesorregiões de Agreste Alagoano (microrregião de Palmeira dos Índios), Leste Alagoano (na divisão dos estados de PE/AL), Sertão Alagoano (microrregiões de Santana do Ipanema e Serrana do Sertão Alagoano e, na Bahia, atendendo parte da Mesorregião do Vale São-Franciscano, na Microrregião de Paulo Afonso. Vale destacar que essas mesorregiões estão inseridas na mesma dimensão ambiental do Agreste Meridional de Pernambuco, ou seja, variando do sub-úmido ao semiárido e inseridas parcialmente nas mesmas Bacias hidrográficas originadas no Agreste Meridional de Pernambuco, como a do Vale do Ipanema e do Mundaú e Moxotó, como apresentado nas Figuras 1 e 4.

A área se circunscreve num domínio físico-ambiental característico das Mesorregiões Agreste (predominantemente) e Sertão. No caso específico do Agreste ressaltamos suas características por se tratar de uma área de transição entre a Zona da Mata (litoral nordestino) e o Sertão que se estende do Rio Grande do Norte até a Bahia, passando pelos estados da , Pernambuco, Alagoas e Sergipe. Nela encontram-se resquícios de Mata Atlântica e a Caatinga. O clima semiárido e subúmido predominam, sendo, portanto, uma região menos úmida que a Zona da Mata e menos seca que o Sertão. Tem como principais características: Presença do clima semiárido (seco e quente):

- Índice pluviométrico médio anual no agreste é de 700 mm de chuvas. Em algumas áreas é comum a ocorrência de secas. As áreas mais úmidas são próximas à Zona da Mata, enquanto as mais secas estão próximas ao sertão;
- Vegetação típica da caatinga: arbustos com galhos retorcidos (aroeiras, angico e juazeiro), além da presença de bromélias e cactos;
- A fauna é caracterizada pela presença de várias espécies de animais como, por exemplo, cutia, veado-catingueiro, tatupeba, preá e gambá;
- A criação extensiva de gado, pecuária leiteira e agricultura (em áreas com maior umidade) são as principais atividades econômicas da região;
- Presença de rios temporários (presença de água no período de chuvas);
- O solo do tipo pedregoso está presente em grande parte do agreste;
- O relevo é variável, com destaque para o Planalto da Borborema, região montanhosa do interior nordestino.

. A Universidade Federal de Garanhuns, enquanto órgão federal que potencialmente atenderá um território interestadual abrangerá um espaço que se configura por um quadro socioeconômico e ambiental peculiar. Espaço interestadual que exhibe uma baixa capacidade hídrica, sendo a grande maioria de seus rios temporários e alguns de pequeno porte permanentes. De Pernambuco, fluem para esses Estados três das principais bacias hidrográficas localizadas no Agreste Meridional: a do Una, que apresenta uma área de 6.740,31 km<sup>2</sup>, dos quais 6.262,78 km<sup>2</sup> estão inseridos no Estado de Pernambuco, correspondendo a 6,37 % do total do Estado. A do Ipanema, com uma área de 6.209,67 km<sup>2</sup>, correspondendo a 6,32% da área do estado, e Mundaú, que em toda sua extensão, tem uma área de 4.090,39 km<sup>2</sup>, dos quais 2.154,26 km<sup>2</sup> no Estado de Pernambuco, representando 2,19% da área do Estado (MDA, 2011).

A demanda de água é para abastecimento humano, animal e para irrigação. Os poucos riachos permanentes são poluídos, seja por agrotóxicos, lixo doméstico e até lixo hospitalar, comprometendo ainda mais os já poucos recursos hídricos disponíveis. A alternativa para armazenamento de água dá-se através de barragens, açudes e barreiros, também com graves problemas de poluição (MDA, 2011).

Nos municípios situados na faixa do Agreste destacam-se as atividades econômicas: o artesanato, a indústria de transformação, bovinocultura de corte e de leite, construção civil, comércio, entre outros, especialmente no agreste pernambucano e alagoano (Figura 6). É uma área marcada pela grande presença das pequenas propriedades (minifúndios) e médias, onde predominam a agricultura familiar e da rotação de culturas, nas quais se observam a policultura e a criação de gado leiteiro. A produção, no entanto, depende essencialmente do regime de chuvas, que são irregulares, embora apresentando um índice pluviométrico maior do que o do Sertão. O município de Garanhuns (PE), apresenta um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de 0.664 (IDHM, 2010). O valor do rendimento médio mensal por domicílio rural é de R\$ 724,19 e urbano é de R\$ 1.804,01. Somente o território de Garanhuns, conta com 61 unidades do Sistema Único de Saúde (SUS) e aproximadamente 22.203 matrículas de alunos no Ensino fundamental e 5.988 no Ensino médio. Garanhuns atua como um polo comercial, médico, escolar e universitário para os municípios vizinhos, como Paranatama, Caetés, São João, Angelim, Jupi, Jucati, Saloá, Águas Belas, Correntes, entre outros

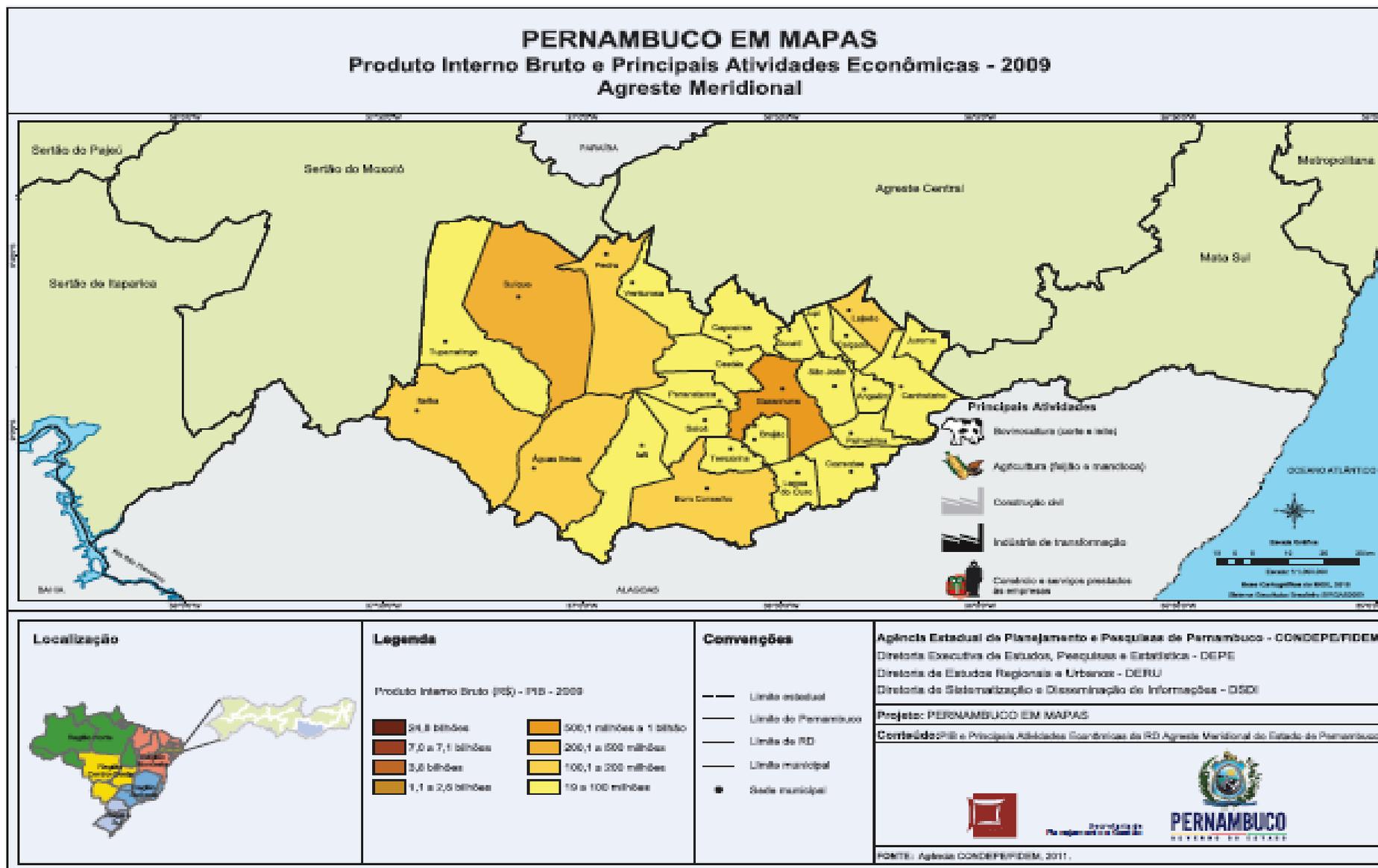


Figura 6. Identificação das Principais Atividades Econômicas do Agreste Meridional – PE. Fonte: Agência Condepe/Fidem (2012)

A região do Agreste, em Pernambuco, para efeito de planejamento e gestão territorial, é subdividida em três sub-regiões: Agreste Central, Agreste Setentrional e Agreste Meridional. A nova IFES tem como região base de atuação de sua sede o Agreste Meridional, onde se situa o município de Garanhuns.

Trata-se de uma região que, em todos os estados nordestinos nos quais ela é delimitada, apresenta baixos índices nos Indicadores de Desenvolvimento Humano municipal (IDHM) e elevados índices de exclusão social. Os dados do Atlas de Desenvolvimento Humano de 2010, revelam que os municípios desta região apresentam índices de baixo a muito baixo, particularmente no indicador educacional (IDHM-E), como pode ser observado no Quadro 2.

**Quadro 2.** Índice de Desenvolvimento Humano em Municípios do Agreste Meridional.

MUNICÍPIOS	2010			
	IDHM	IDHM-L	IDHM-E	IDHM-R
Águas Belas	0,526	0,691	0,385	0,546
Angelim	0,572	0,751	0,448	0,555
Bom Conselho	0,563	0,704	0,433	0,585
Brejão	0,547	0,725	0,417	0,540
Buíque	0,527	0,746	0,395	0,497
Caetés	0,522	0,732	0,392	0,497
Calçado	0,566	0,731	0,468	0,529
Canhotinho	0,541	0,725	0,403	0,543
Capoeiras	0,549	0,746	0,419	0,529
Correntes	0,536	0,726	0,385	0,551
Garanhuns	0,664	0,795	0,556	0,662
Iati	0,528	0,768	0,369	0,518
Itaíba	0,510	0,688	0,364	0,531
Jucati	0,550	0,681	0,451	0,541
Jupi	0,575	0,698	0,487	0,560
Jurema	0,509	0,681	0,372	0,522
Lagoa do Ouro	0,525	0,733	0,369	0,536
Lajedo	0,611	0,758	0,503	0,599
Palmeirina	0,549	0,681	0,438	0,554

Paranatama	0,537	0,703	0,418	0,528
Pedra	0,567	0,743	0,445	0,550
Saloá	0,559	0,744	0,421	0,559
São Bento do Uma	0,593	0,789	0,446	0,593
São João	0,570	0,768	0,426	0,565
Terezinha	0,545	0,711	0,425	0,536
Tupanatinga	0,519	0,747	0,379	0,494
Venturosa	0,592	0,751	0,484	0,570

Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento/Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicada/Fundação João Pinheiro, 2010, adaptado da Base de Dados do Estado de Pernambuco, 2010. Legenda: Índice de Desenvolvimento Humano em Municípios -IDHM, Índice de Desenvolvimento Humano em Municípios - Longevidade - IDHM-L, Índice de Desenvolvimento Humano em Municípios - Renda - IDHM-R, Índice de Desenvolvimento Humano em Municípios - Educação - IDHM-E.

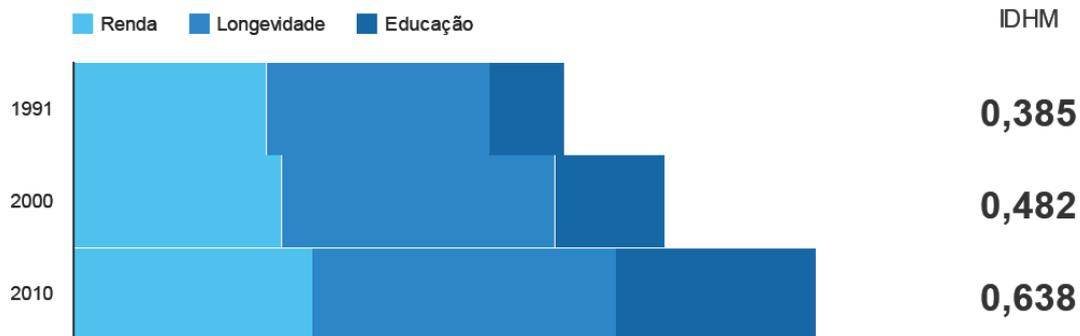
Embora o índice de educação tenha sido o que mais evoluiu na última década, provavelmente pelas iniciativas estaduais e, principalmente, federais de interiorização da educação, sobretudo da educação superior, o nível de escolaridade ainda é muito baixo na região. Se traçarmos uma linha ligando todas as cidades-pólo que deverão limitar a expansão inicial da nova universidade, ou seja, São Caetano - União dos Palmares – Palmeira dos Índios –Santana do Ipanema – Delmiro Gouveia – Paulo Afonso – Ibimirim – Arcoverde – São Caetano, é possível observar que ainda temos um vazio educacional e de desenvolvimento humano nessa região que tem como ponto central a cidade de Garanhuns.

O vazio educacional presente no espaço que corresponde à área de abrangência da nova universidade, de modo geral, demandará em curto, médio e longo prazo, profissionais formados nas áreas estruturantes, ou seja, da educação básica, com especial atenção às demandas da educação do campo e povos tradicionais (indígenas e quilombolas), das ciências humanas, com destaque para a formação de docentes, de formação nas ciências agrárias, sociais aplicadas, nas áreas de infraestrutura e tecnologias e na saúde, todas atreladas aos princípios da sustentabilidade socioambiental, da diversidade cultural, com perfil voltado ao contexto regional. Observando a área de abrangência da Nova Universidade, seguindo de Garanhuns pela BR-424 e PE 218 em direção a Alagoas podemos destacar os seguintes dados: tendo a Microrregião de Palmeira dos Índios, identificamos a cidade-pólo - Palmeira dos Índios – com maior IDHM da Microrregião, em torno de 0,630. Nesse polo, a proporção de jovens entre 18 e 20 anos com ensino médio completo cresceu 121,44% entre 2000 e 2010 e 90,82% entre 1991 e 2000. Entre os alunos de 18 a 24 anos, 9,45% estavam cursando o ensino

superior em 2010, 2,43% em 2000 e 0,62% em 1991 (Figura 7 e 8). Nesse mesmo período, a renda per capita média de Palmeira dos Índios cresceu 113,92% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 182,95 em 1991 para R\$ 234,81 em 2000 e R\$ 391,37 em 2010

Por outro lado, seguindo a BR 423, passando pelo Sertão de Alagoas em Direção ao Pólo de Paulo Afonso-Ba, passamos pelo Sertão Alagoano, microrregiões de Santana do Ipanema e Serrana do Sertão Alagoano, que tem as cidades de Santana do Ipanema e de Delmiro Gouveia, respectivamente, como polos dessas microrregiões.

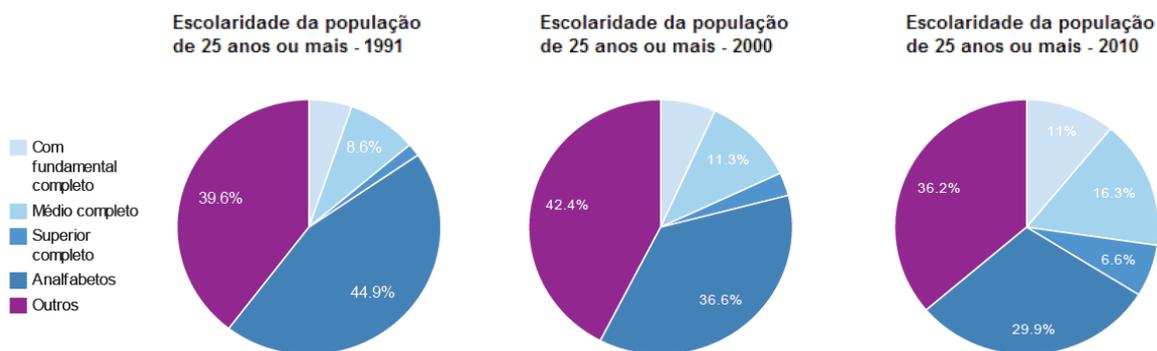
Em Santana do Ipanema, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) é 0,591, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Baixo (IDHM entre 0,500 e 0,599). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,770, seguida de Renda, com índice de 0,579, e de Educação, com índice de 0,463 (Figura 9) Entre esses índices a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,358) até 2010. Dos jovens adultos de 18 a 24 anos, 6,01% estavam cursando o ensino superior em 2010. Em 2000 eram 1,78% e, em 1991, 0,74% (Figura 10).



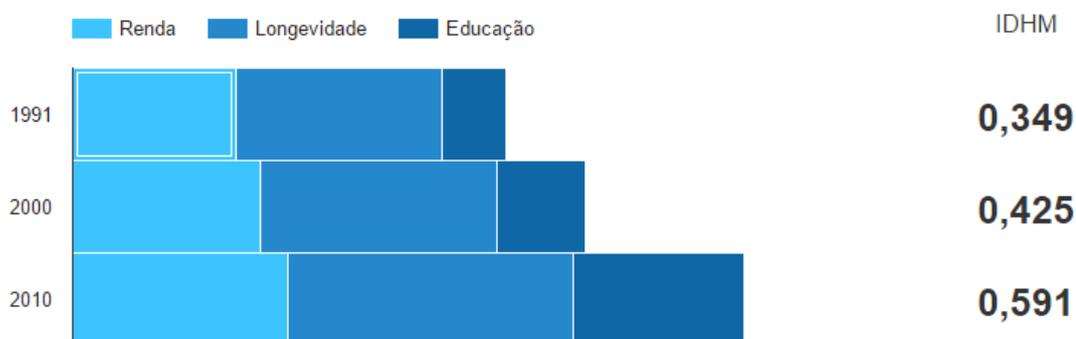
Fonte: Pnud, Ipea e FJP

**Figura 7.** Dimensões do Índice de desenvolvimento humano municipal IDHM do município de Palmeira dos Índios/Al no período de 1991-2010.

**Figura 8.** Escolaridade da População Adulta do Município de Palmeira do Índios/Al no período de 1991-2010.

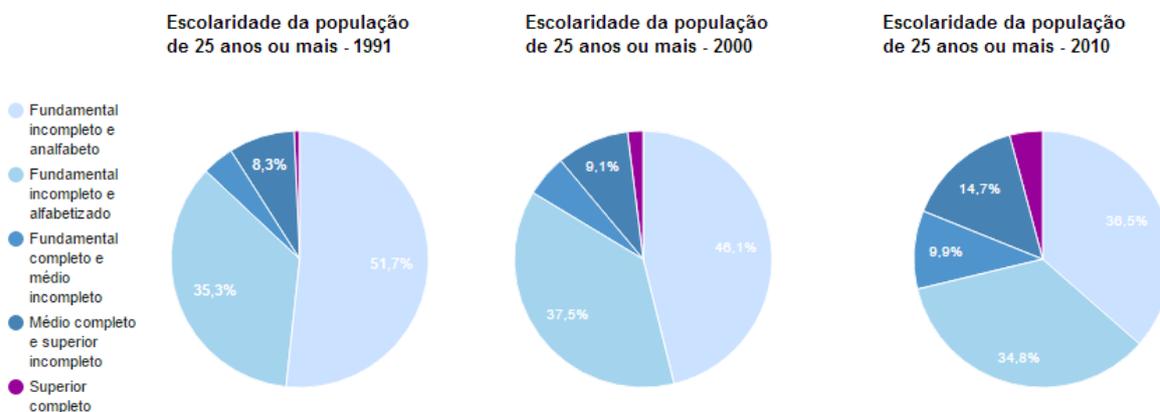


Fonte: Pnud, Ipea e FJP



Fonte: PNUD, Ipea e FJP

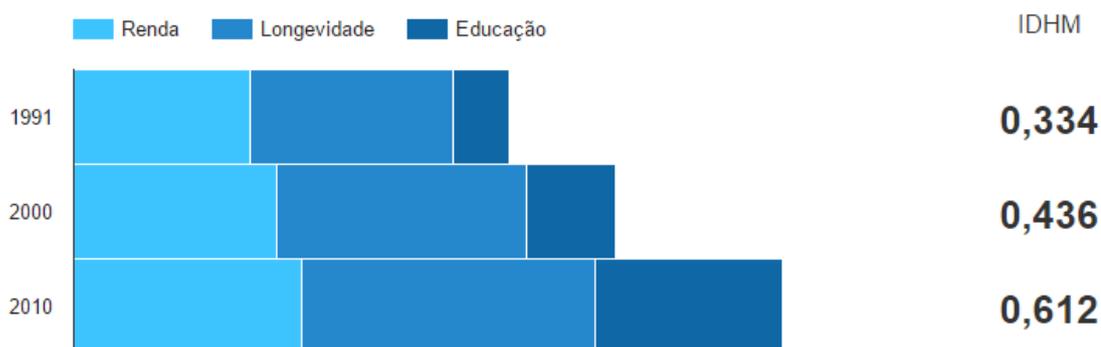
**Figura 9.** Dimensões do Índice de desenvolvimento humano municipal IDHM do município de Santana do Ipanema/Al no período de 1991-2010.



Fonte: PNUD, Ipea e FJP

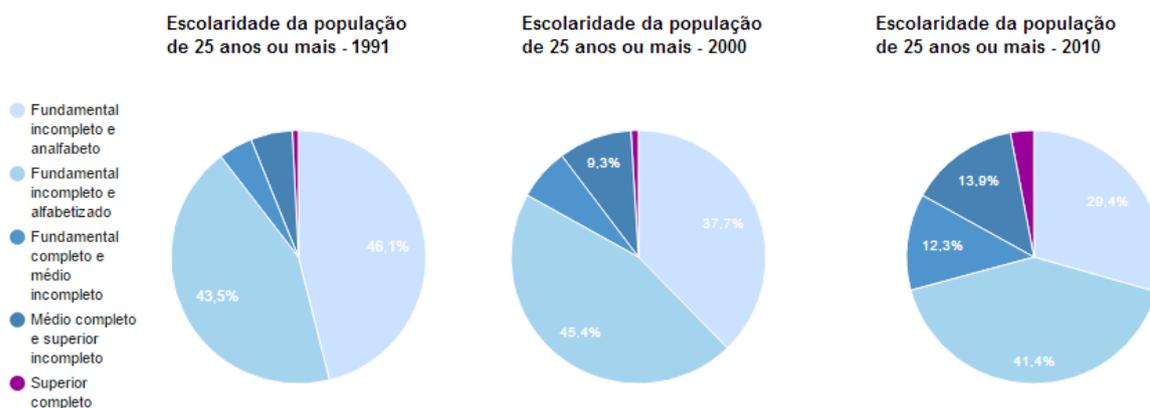
**Figura 10.** Escolaridade da População Adulta do Município de Santana do Ipanema/Al no período de 1991-2010.

Em Delmiro Gouveia, Cidade-Polo do Microrregião Serrana, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) - Delmiro Gouveia é 0,612, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,774, seguida de Renda, com índice de 0,599, e de Educação, com índice de 0,494. Nesse Caso, índice que mais cresceu em termos absolutos também foi Educação, com crescimento de 0,259 (Figura 11) Contudo, considerando-se a população municipal de 25 anos ou mais de idade, em 2010, 29,43% eram analfabetos, 29,22% tinham o ensino fundamental completo, 16,91% possuíam o ensino médio completo e 2,98%, o superior completo. No Brasil, esses percentuais são, respectivamente, 11,82%, 50,75%, 35,83% e 11,27% (Figura 12).



Fonte: PNUD, Ipea e FJP

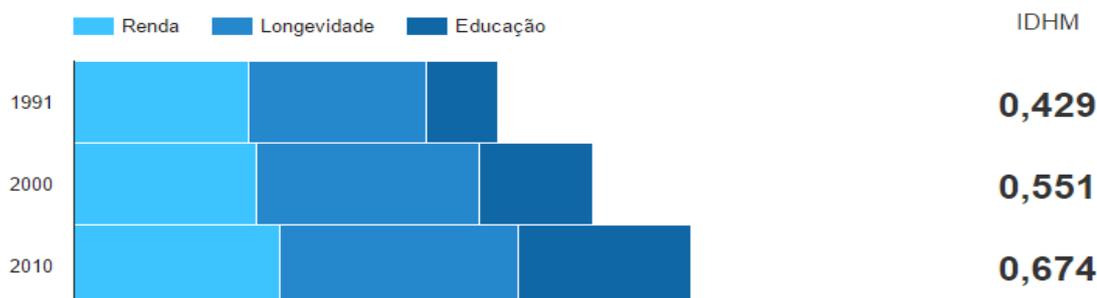
**Figura 11.** Dimensões do Índice de desenvolvimento humano municipal IDHM do município de Delmiro Gouveia/Al no período de 1991-2010.



Fonte: PNUD, Ipea e FJP

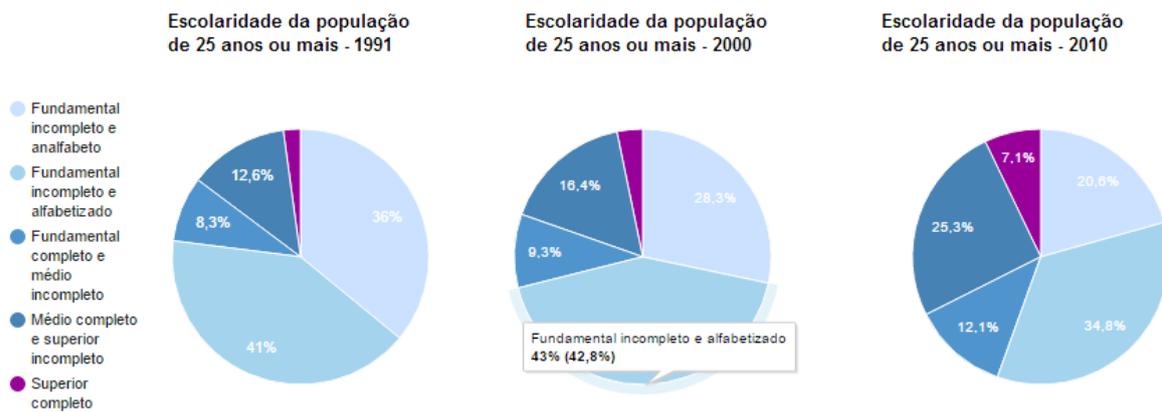
**Figura 12.** Escolaridade da População Adulta do Município de Delmiro Gouveia/~Al no período de 1991-2010.

Considerando como limite inicial para expansão da nova universidade, a Mesorregião do Vale São Francisco na fronteira com a Microrregião do Sertão de Itaparica em Pernambuco, temos a Cidade-polo de Paulo Afonso, com IDHM de 0,674, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,789, seguida de Renda, com índice de 0,678, e de Educação, com índice de 0,572. Em 2010, considerando-se a população municipal de 25 anos ou mais de idade, 20,64% eram analfabetos, 44,52% tinham o ensino fundamental completo, 32,46% possuíam o ensino médio completo e 7,12%, o superior completo. No Brasil, esses percentuais são, respectivamente, 11,82%, 50,75%, 35,83% e 11,27% (Figura 13 e 14)



Fonte: PNUD, Ipea e FJP

**Figura 13.** Dimensões do Índice de desenvolvimento humano municipal IDHM do município de Paulo Afonso (BA) no período de 1991-2010.



Fonte: PNUD, Ipea e FJP

**Figura 14.** Escolaridade da População Adulta do Município de Paulo Afonso (BA) no período de 1991-2010.

De acordo com os dados acima, constatamos que em toda região que a nova universidade tem um precário nível educacional da população adulta (25 anos ou mais), com taxa de analfabetismo de 53,17% e a média de anos estudados é de 2,42%. O índice de escolarização % (Quadro 3) na faixa etária de 15 a 24 anos é de 22,7 (AGENCIA CONDEPE/FIDEM, 2012).

**Quadro 3.** Indicadores Socioeconômicos e Populacionais do Agreste Meridional, em Pernambuco – 2010.

<b>Localização</b>	<b>População Residente (2010)</b>	<b>Área (Km<sup>2</sup>) (2010)</b>	<b>Densidade Demográfica (hab./Km<sup>2</sup>) (2010)</b>	<b>PIB a preços de mercado (R\$1,000) (2010)</b>	<b>Taxa de alfabetização das pessoas com 15 anos ou mais de idade (%) (2010)</b>
<b>Pernambuco</b>	8.796.448	98.146,32	90	78.428.308	81,99
<b>RD Agreste Meridional</b>	641.727	10.841,18	59	3.210.000	68,41
<b>Águas Belas</b>	40.235	885,98	45	151.341	59,75
<b>Angelim</b>	10.202	118,04	86	41.266	66,60
<b>Bom Conselho</b>	45.503	792,18	57	194.512	65,84
<b>Brejão</b>	8.844	159,79	55	50.748	67,96
<b>Buíque</b>	52.105	1.347,65	39	251.538	59,79
<b>Caetés</b>	26.577	329,48	81	93.925	61,37
<b>Calçado</b>	11.125	121,95	91	54.108	67,62
<b>Canhotinho</b>	24.521	423,08	58	92.529	63,77
<b>Capoeiras</b>	19.593	336,31	58	82.539	68,11
<b>Correntes</b>	17.419	328,65	53	69.621	67,49
<b>Garanhuns</b>	129.408	458,55	282	949.339	82,43
<b>Iatí</b>	18.360	635,13	29	70.813	60,63
<b>Itaíba</b>	26.256	1.083,72	24	152.252	60,29
<b>Jucati</b>	10.604	120,60	88	51.673	67,33
<b>Jupi</b>	13.705	104,99	131	70.330	67,81
<b>Jurema</b>	14.541	148,25	98	60.706	62,05
<b>Lagoa do Ouro</b>	12.132	198,76	61	48.625	59,87
<b>Lajedo</b>	36.625	189,10	194	168.725	73,77
<b>Palmeirina</b>	8.189	158,02	52	33.308	66,93
<b>Paranatama</b>	11.001	230,89	48	52.068	62,93
<b>Pedra</b>	20.944	803,07	26	121.028	67,02
<b>Saloá</b>	15.309	252,06	61	62.362	64,95
<b>São João</b>	21.312	258,33	82	94.844	67,17
<b>Teresinha</b>	6.737	151,45	44	26.299	62,85
<b>Tupanatinga</b>	24.425	884,41	28	86.341	61,59
<b>Venturosa</b>	16.052	320,73	50	79.114	72,40

Fonte: Agencia Condepe/Fidem (2012).

Considerando o contexto atual das políticas de formação, bem como a caracterização e as demandas da região abrangida, subscreve-se que a UFGA esteja em consonância com as necessidades locais, regionais e globais, atentando para a definição de um perfil de formação amplo, de forma que a previsão de egressos contemple a clássica formação de bacharéis e licenciados, bem como possa acolher novas perspectivas de formação no ensino superior que devam atender às especificidades e às possibilidades de produção de conhecimento tendo por referência a realidade local. Corresponde, ainda, às necessidades de formação profissional e à agregação de valores econômicos, socioculturais e a ampliação dos indicadores sociais, contribuindo para elevação e melhoria da qualidade de vida da população, especialmente aquela abrangida pela UFGA.

### **3.3. Adequação ao Plano de Desenvolvimento da Educação– PDE na perspectiva da transformação da UAG/UFRPE em Universidade Federal de Garanhuns - UFGA**

O Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE (BRASIL, 2007) é o plano executor do Plano Nacional de Educação e, portanto, o marco regulatório em que se pauta a criação de Instituições de Ensino Superior, no âmbito Federal. Portanto, afinamos esse projeto de criação da nova universidade com o que nele se pontua sobre Educação Superior projetando de que forma se atenderiam as suas prescrições legais.

Ao se considerar que a instituição da Universidade Federal de Garanhuns - UFGA, a partir da Unidade Acadêmica de Garanhuns, que conta com sete cursos de graduação, três mestrados acadêmicos e dois mestrados profissionais - todos em fase de consolidação - deve primar por uma política de crescimento que potencialize os cursos existentes, em termos de estruturas e bases teóricas, cuja necessidade já se evidencia, e que amplie, ainda, perspectivas de implantação de novas áreas em sintonia com as demandas e possibilidades da região abrangida.

Assim, no PDE se reconhece que a educação é “uma face do processo dialético que se estabelece entre socialização e individuação da pessoa, que tem como objetivo a construção da autonomia, isto é, a formação de indivíduos capazes de assumir uma postura crítica e criativa frente ao mundo” (BRASIL, 2007, p. 06), o que embasa esse Projeto de Emancipação da UAG e, também, por se alinhar ao que se pontua na Constituição Federal de 1988 em

“construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais e promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”, pois “Não há como construir uma sociedade livre, justa e solidária sem uma educação republicana, pautada pela construção da autonomia, pela inclusão e pelo respeito à diversidade” (p. 13).

Portanto, faz-se necessário que o projeto de Emancipação da UAG comungue com os objetivos do PDE, este em ser um plano executor, que se fundamenta em quatro eixos norteadores: o da Educação Básica, no papel da futura Universidade de formar profissionais preparados para atuarem, significativamente, na melhoria da educação superando entraves e dialogando com as demandas locais de formação docente para as modalidades de ensino presencial e a distância; o da Educação Superior, eixo que será melhor explanado adiante; o da Educação Profissional, sobretudo, no que tange à formação superior; o da Alfabetização, por meio da formação docente e com a possibilidade da criação de um núcleo que atue extra muro da UFGA, por meio de projetos de extensões, bem como pela formação dos docentes.

De modo geral, a criação de uma Universidade em Garanhuns nos orienta a pensar nas especificidades territoriais do entorno dessa cidade e, para isso, o PDE “exige pensar etapas, modalidades e níveis educacionais não apenas na sua unidade, mas também a partir dos necessários enlaces da educação com a ordenação do território e com o desenvolvimento econômico e social, única forma de garantir a todos e a cada um o direito de aprender até onde o permitam suas aptidões e vontade” (p. 11). Desse modo, esse ponto é fundamental para entendermos que quando remetemos à criação da UFGA, ampliaremos nosso público para atendermos necessidades que vão além do espaço Agreste Meridional. Por isso, o recorte aqui lançado, a partir das bacias que banham as regiões do Agreste Central, Meridional etc, nos dá respaldo para abarcar um público amplo que já é circulante na atual UAG de modo a expandi-lo mais. Ademais, proporciona uma legitimação e assunção identitária da população pertencente ao Agreste, já evidente no sertão e litoral, porém, ainda insipiente nessa região.

Focando atenções na criação da UFGA e sua relação com o que define o PDE sobre Educação Superior, retomamos os seus princípios complementares entre si para refletir seus matizes:

I) Expansão da oferta de vagas, dado ser inaceitável que somente 11% de jovens, entre 18 e 24 anos, tenham acesso a esse nível educacional. Nesse aspecto, a UFGA muito tem a contribuir pela abrangência de públicos a ser englobado, a partir do momento que toma como referencial as cidades dos estados de Pernambuco, Alagoas e Bahia. Bem como os índices de IDHM, apontados detalhadamente acima, que apontam um número considerável de jovens que não acessaram o Ensino Superior, destacando-se os habitantes do espaço rural e, também, os das comunidades de povos quilombolas, indígenas e pessoas com deficiência. Seria uma ampliação necessária do que já, timidamente, vivencia-se na UAG;

II) Garantia de qualidade, entendemos que é de suma importância considerar os aspectos infraestrutura e recursos humanos. A UAG conta com um corpo qualificado de profissionais (docentes e técnicos) especialistas, mestres, doutores e pós-doutores. Atendendo às proposições do PDE, fortaleceremos e ampliaremos a atual equipe com a contratação de outros profissionais para as novas demandas que emergirem, bem como daremos continuidade ao programa de formação continuada. No quesito infraestrutura, serão considerados os aspectos espaço, recursos técnico e tecnológico, segundo às especificidades de cada área do saber, sob a perspectiva da acessibilidade como garantia de acesso com qualidade a todos que ingressarem na Instituição. Isto porquê não basta ampliar, é preciso fazê-lo com qualidade;

III) A “promoção de inclusão social pela educação, minorando nosso histórico de desperdício de talentos, considerando que dispomos comprovadamente de significativo contingente de jovens competentes e criativos que têm sido sistematicamente excluídos por um filtro de natureza econômica”, torna-se um dado relevante na criação da UFGA, tendo em vista que há um potencial artístico na região, através de eventos tais como Festivais de Invernos, uma efervescência no cenário cultural, cujos criadores ainda não são, formalmente, capacitados para o mercado de trabalho, por não possuírem a formação exigida nos currículos escolares e de fomento às políticas públicas de educação e cultura. Outro fator relevante a se considerar sobre inclusão social por meio da Educação é a ampliação da assistência à população de pessoas com deficiência (PCD) na região. Segundo dados do IBGE (2010), o município de Garanhuns conta com uma população de 15.546 PCD. Todavia, por ser considerada cidade Polo

Educacional, Garanhuns tem assistido não só às demandas do Ensino Regular, mas também, do Atendimento Educacional Especializado (AEE) de pelo menos oito municípios circunvizinhos, seja em forma do atendimento realizado paralelamente ao ensino regular em Salas de Recursos Multifuncional e Centro de Atendimento Educacional Especializado (CAEE), ou na formação e capacitação de profissionais para a Educação Inclusiva. Infelizmente, a região conta com uma quantidade insuficiente de Salas de Recurso e CAEE e Cursos de Graduação e Pós-Graduação que contemplem esse universo, o que implica em alunos desassistidos e pouca resposta à sociedade quanto à inserção de novos profissionais no mercado para suprirem as demandas de acessibilidade que têm se mostrado expressivas, uma vez que, a região é, historicamente, marcada por uniões consanguíneas. A UAG tem recebido estudantes e servidores que se utilizam dos mais diversos recursos de acessibilidade. Atualmente, são oito discentes e três servidores acompanhados pelo Setor de Acessibilidade da Unidade (fundado em 2013, em consonância com as Políticas de Acessibilidade para o Ensino Superior), além de contarmos com um egresso do Curso de Pedagogia, com surdez profunda e usuário da Língua Brasileira de Sinais, hoje inserido no mercado de trabalho como Professor de LIBRAS no CAEE Garanhuns. Portanto, é de suma importância o fortalecimento do Setor de Acessibilidade, agora assumindo a identidade de Núcleo de Acessibilidade, para junto com os demais órgãos da Universidade, desenvolva e fomente ações de Acessibilidade que minimizem e anulem quaisquer barreiras intra e extramuros. No tocante dos princípios do Plano de Desenvolvimento da Educação, no que diz respeito ao ordenamento territorial, consignamos que a UFGA representará um avanço no que tange à equalização das oportunidades de acesso à educação de qualidade, além de enfrentar estruturalmente as desigualdades de oportunidades educacionais. Por situar-se numa mesorregião em que os municípios que estão em seu entorno, sejam no estado de Pernambuco, Alagoas ou Bahia, apresentam baixos índices de IDHM e elevados índices de exclusão social, a implantação da UFGA obedece às atuais políticas de formação educacional, que preconizam que bens culturais, econômicos e sociais estejam distribuídos em todo o território nacional e em consonância com as necessidades locais, regionais e globais. Ao se inserir no processo de descentralização das atividades de produção e difusão de conhecimento e de inovação, a UFGA aqui

desenhada possibilitará que o ensino de qualidade seja acessível às regiões mais remotas do País, ampliando os níveis de escolarização, garantindo a sustentação, expansão e interiorização do ensino superior público. Assim, contribuirá para a redução das desigualdades sociais e regionais, de modo a estender suas unidades de ensino superior às regiões e microrregiões do interior nordestino e pernambucano que possuam maior densidade populacional.

IV) Sobre o “desenvolvimento econômico e social, fazendo da educação superior, elemento fundamental na formação de recursos humanos altamente qualificados e peça imprescindível na produção científico-tecnológica, elemento-chave da integração e da formação da Nação. Portanto, a UFGA irá aprimorar e promover os recursos humanos e naturais desta região para que o desenvolvimento local se torne firme e progressivo. Bem como estabelecer as fundações do desenvolvimento econômico, no que cerne à formação de profissionais qualificados e aptos para as diversas atividades que a região necessite para a sua sustentabilidade, aprimoramento e competitividade mercadológica. Assim, é estabelecido o crescimento social garantindo aos habitantes do Agreste condições de empregabilidade, sustento e recursos de saúde, moradia e educação (alicerces para uma base social digna ao indivíduo garantidos pela constituição).

Nesse contexto é que a atual Unidade Acadêmica de Garanhuns assume sua relevância e centralidade, embasada na histórica posição, perfil e vocação do município onde se situa que é marcado pelas atividades de comércio e serviços, especialmente ligados às áreas de educação, saúde e turismo. Atividades que se constituem até hoje como relevantes na promoção e alavancada do desenvolvimento urbano e regional.

## **4. OBJETIVOS**

### **4.1. OBJETIVO GERAL**

Fomentar, produzir e difundir conhecimentos e inovação, através das atividades de ensino, pesquisa e extensão, em consonância com as especificidades regionais, com a sustentabilidade socioambiental e a diversidade social, econômica e cultural.

### **4.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

1. Consolidar e fortalecer o processo de interiorização do ensino superior, nas modalidades de ensino de graduação e da pós-graduação.
2. Afirmar a identidade simbólica, contextual e as especificidades regionais que caracterizam os espaços do agreste e sertão nordestinos em seus diferentes territórios.
3. Contribuir para a superação das desigualdades de acesso à educação superior e ampliar os níveis de escolarização em municípios fora das áreas metropolitanas.
4. Ofertar às populações que vivem nas regiões e territórios afastados das metrópoles, o acesso à educação integral gratuita e de qualidade contemplando variados níveis de formação nas diversas áreas do conhecimento científico e informacional.
5. Ampliar as possibilidades de ingresso de jovens no ensino superior e garantir as condições de permanência e de acessibilidade dos alunos oriundos da educação básica pública.
6. Implantar e consolidar o ensino superior público e gratuito fundamentado nas estruturas e bases teóricas consonantes com a produção do conhecimento científico universal, em sintonia com referências local, regional e nacional, as demandas e as possibilidades da região abrangida.
7. Contribuir com a construção de conhecimentos que devam ampliar os indicadores sociais, além de agregar valores econômicos, socioculturais e melhorar a qualidade de vida da população local e regional.

## **5. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARA IMPLANTAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GARANHUNS**

### **5.1. PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO**

#### **5.1.1. ENSINO E GRADUAÇÃO**

Na presente proposta de transformação da UFRPE/UAG em Universidade Federal de Garanhuns - UFGA, a formação e a reflexão sobre quais serão os novos cursos de graduação presencial é ponto essencial desse projeto, pois estabelece, em muitos aspectos, os rumos do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, bem como da Assistência Estudantil da UFGA. Cientes que esse desafio não se esgota nesta proposta, o que se apresentam são eixos principais da graduação da UFGA, considerando sua viabilidade, o desenvolvimento local, a sustentabilidade e o diálogo com o território<sup>10</sup>. A graduação da UFGA deverá ser a dinamizadora de políticas integradas para o desenvolvimento local.

O processo de globalização no Ocidente vem alterando profundamente as estruturas formais do Estado e da sociedade civil. Esse processo decorre com suas particularidades em cada caso, mas de maneira geral pode-se observar que essas mudanças na esfera econômica, social e política estão a impactar de maneira direta o contexto local e regional. Nessa configuração, a capacidade de atuação dos IFES e universidades federais, dos governos locais, de pequenas empresas, da economia popular, de centros de formação, de organizações não governamentais, de produtores rurais, de cooperativas e de movimentos sociais estão sendo desafiadas, diante das mudanças que vêm alterando profundamente o sistema político, econômico, social e cultural em nível local, a se adaptarem para poder sobreviver. A sustentabilidade ambiental e a viabilidade econômica convivem com desafios de ordem social, e estão sendo colocados para essa rede de atores que compõem o local, como alternativa concreta e viável para sua sobrevivência e adaptabilidade. A graduação da UFGA a ser criada terá o desafio, portanto, de dinamizar essa rede, seja no processo de qualificação técnica, seja na Extensão universitária ou no desenvolvimento de pesquisas que gerem inovação tecnológica e social para a região.

Ao pensar as graduações da UFGA a partir do ponto de vista pedagógico, temos como

<sup>10</sup> O conceito de território que usamos aqui envolve a ideia de territorialidade, que contempla questões de meio ambiente, cultura, política, economia, sociedade, identidade, memória e o fazer humano com o espaço e seu desenvolvimento local (MARQUES, 2009).

norte a multidisciplinaridade e a interdisciplinaridade. Essa perspectiva irá ser abordada, tanto do ponto de vista programático dos novos e atuais graduações da universidade, quanto do ponto de vista da organicidade dos cursos. A forma na qual a multidisciplinaridade e interdisciplinaridade será inserida programaticamente e organicamente será tratada a posteriori, de forma aberta e democrática, na construção do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs).

A UFGA irá se relacionar com o meio no qual se insere a partir de uma ideia ampla e plural do território, que compreende a diversidade nos contextos social, econômico, político, cultural, humano e ambiental. A diversidade de saberes do território será também um importante paradigma para, através de uma perspectiva dialógica, oferecer soluções e reflexões a serem pensadas nas atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão. Mais especificamente, a graduação da UFGA deve atuar sobre os seguintes eixos norteadores: 1) a educação como necessidade urgente de qualificação profissional e formação humanística de cidadãos e atores sociais; 2) a formação de redes para a governança e o desenvolvimento local; 3) a perspectiva de um desenvolvimento sustentável, tendo em vista a relação meio ambiente e indivíduos, como também a questão das comunidades e dos povos do campo (especificamente os pequenos agricultores, os quilombolas e os grupos indígenas); 4) fomento de empreendedorismo e inovação que compreenda as grandes, médias e pequenas empresas, como também as associações, cooperativas, feiras e empreendimentos solidários; 5) a perspectiva interdisciplinar em saúde como necessidade urgente dos territórios; 6) pensar alternativas para o território, em diálogo com o poder público, organizações sociais, empresários, ONGs, associações e demais órgãos e agências de fomento; 7) o desenvolvimento e difusão de novas tecnologias sociais ou livres adequadas aos anseios e à realidade do território; 8) refletir sobre a formação humanística, as questões de gênero e os direitos humanos nos territórios inseridos pela UFGA; 9) planejar e discutir as problemáticas e desenvolvimento das cidades que estão inseridas neste território; 10) debater as representações subjetivas dos indivíduos, coletividades artísticas e culturais, bem como a diversidade conflitiva cultural e étnica dos grupos urbanos e do campo; 11) projetar futuros aparelhos de cultura nas políticas urbanas e rurais, dos quais se inserem fortemente a temática do patrimônio material e imaterial, da memória, da identidade e do turismo.

A partir de tais eixos norteadores, serão apresentados, nos tópicos seguintes, alguns aspectos mais específicos que irão ser inseridos na construção das graduações e do Ensino na UFGA. Por ordem de apresentação, inicialmente iremos tratar dos princípios para o futuro da graduação na UFGA. Em seguida trata-se do planejamento inicial da Graduação por Área de

Conhecimento, tendo em vista contemplar todas as áreas do conhecimento do CNPq. Na sequência versa-se sobre o Estágio e os Programas e Projetos ligados ao Ensino.

#### **5.1.1.1. Princípios para o Futuro da Graduação**

A partir desse breve panorama interno e externo, estão apresentados aqui os princípios que devem reger o planejamento do ensino na UFGA: 1) exequibilidade; 2) desenvolvimento local; 3) sustentabilidade ambiental e social; 4) formação humanística, científica e técnica. Sobre o primeiro princípio, o funcionamento das graduações na Nova Universidade deve ser exequível, na qual a montagem da estrutura de graduação esteja centrada em um paradigma de gestão financeiramente viável em termos de gestão. Essa viabilidade é um ponto crucial para proporcionar um equilíbrio entre a estrutura a ser criada para contemplar os novos cursos e os cursos já em funcionamento na atual unidade. Ainda sobre a exequibilidade, a criação de novos cursos deve: 1) obedecer um critério de demanda social; 2) consolidação dos curso já existentes na UAG; 3) ser financeiramente viável; e 4) conectar os novos cursos a uma realidade institucional já existente na UAG. Sobre o ponto 1, sugerimos uma quantidade de cursos por áreas, para que mediante um estudo posterior, decidam-se sobre quais serão os novos cursos ofertados na universidade. Sobre o ponto 3, a criação de cursos de alto custo de funcionamento deve ser seriamente avaliado seguindo o critério de não atrapalhar a solidificação dos cursos atuais e o próprio projeto da autonomia da UAG. Sobre o ponto 4, a criação dos novos cursos devem ter uma ideia de complementariedade e suplementariedade à estrutura existente contribuindo positivamente para o ponto 2.

Sobre o princípio do desenvolvimento local, parte-se do pressuposto que os cursos atuais e os novos estão direcionados na promoção de avanços econômicos, sociais, políticos, culturais e humanísticos ao território que estão ou estarão inseridos. A ideia de desenvolvimento local, se estabelece como uma série de experiências que envolve uma nítida parceria entre universidade, poder público local, pequenas e médias empresas, associação de produtores locais, ONGs, cooperativas, centros de formação e outras instituições públicas e privadas. Os cursos de graduação (como também as demais atividades de Ensino, pesquisa e Extensão) irão se direcionar à formação de redes que atuem de forma partilhada, multiplicando as habilidades do território e testando novas soluções adaptadas às necessidades dos territórios. Essas parcerias, entretanto, devem se ater a uma ideia complexa de governança, que integrem a participação política dos atores do território como uma ação efetiva, e não unicamente uma metalinguagem. A comunicação direta e procedimentos

seguros de processos dialógicos podem fornecer, por exemplo, ferramentas eficazes para essa inovação institucional, tentando compensar o déficit e as problemáticas dos serviços públicos, das empresas, das pequenas empresas, das associações, das comunidades, dos movimentos sociais, das cooperativas, dos pequenos, médios e grandes produtores, entre outros atores sociais do território. A interação da Universidade com o desenvolvimento local já é uma realidade, graças aos esforços de inúmeros e bem sucedidos projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão, como também ao direcionamento de inserção nos territórios que a maioria dos cursos da UAG vem operacionalizando. Esse projeto vem reforçar um trabalho em andamento de inserção do território, como também ampliar novos horizontes nesta perspectiva (SANTOS, 1989 e 2005).

O princípio da sustentabilidade ambiental e social diz respeito a uma perspectiva futura da Universidade que é promover cursos adequados aos novos desafios do Século XXI, dentre os quais se destaca a relação com o meio ambiente. As graduações e demais estruturas de ensino da universidade irão se ater aos desafios colocados na contemporaneidade de construção de um mundo melhor e das alternativas ambientais, desde a escala macro – ao se pensar o futuro do planeta – à escala micro, se pensar em alternativas mais sustentáveis para uma unidade de produção do entorno. Atualmente a UAG dispõe de diversos profissionais que vêm realizando, em diferentes áreas, seus esforços de Pesquisa, Ensino e Extensão nesse sentido, como: a agroecologia, a educação ambiental, ações de reflorestamento, entre outros (SANTOS, 2005).

Por fim, o princípio da formação humanística, científica e técnica que é fundamental para promover a relação da universidade com o território, já que sem esses processos educativos não é possível se pensar em perspectivas de futuro e de desenvolvimento para a região. A educação especializada, seja qual for a área de conhecimento em que se insere, é o princípio chave de diversas universidades pelo mundo. Nesse sentido, a UFRPE/UAG vem desenvolvendo um diferencial enorme na formação de pedagogos(as), agrônomos(as), engenheiros(as) de alimentos, cientistas da computação, veterinários(as), licenciados(as) em Letras e zootecnistas que vêm efetivamente fazendo a diferença, tanto na dimensão local, regional, como, até mesmo nacional. Identifica-se, entretanto, um grande problema na formação dos(as) alunos(as) egressos, que diz respeito a uma maior qualificação que a região carece nos Ensino Fundamental e Médio. Nesse sentido, o planejamento dos novos cursos e da nova estrutura de graduação da UFGA pensa-se em cursos de licenciaturas em todas as áreas, visando, termos no futuro, não somente a uma educação universitária melhor, mas a

uma educação melhor em todos os seus níveis. Acredita-se que o investimento nas licenciaturas corresponde a uma demanda social, que será verificada em estudo posterior, da região, que, inclusive oferta oportunidades de empregos na área da educação, seja no setor público, ou no privado e contribui para efetivação da democratização e do direito à educação a todos(as) (SANTOS, 1989; SANTOS, 2005).

#### **5.1.1.2. Planejamento inicial da Graduação por Área de Conhecimento**

A seguir, apresentamos, indicativamente, informações que pensamos ser cruciais para o planejamento e desenvolvimento dos cursos de graduação da UFGA. Destacamos, porém, que o processo de escolha dos cursos não será realizado neste momento, pois os cursos em definitivo só serão determinados após um minucioso estudo de viabilidade e mediante extensivas reuniões de consultas com a sociedade civil, comunidade acadêmica, poder público, comunidades, terceiro setor, empresários e demais organizações sociais que fazem parte do território de atuação. O que desenvolveremos aqui é, unicamente, um planejamento inicial da graduação, apontando para um panorama geral de sua inserção por área de conhecimento. Esse exercício se faz necessário em razão de pensarmos futuramente as estruturas adequadas mínimas para cada área de conhecimento e também de adequarmos a distribuição dos futuros cursos de graduação, aos princípios orientadores de exequibilidade, sustentabilidade, de formação humanística e técnica, e de inserção no desenvolvimento local.

As áreas de atuação são subdivididas pelo CNPq/CAPES em 3 grandes colégios para fins avaliativos: o de Ciências da Vida, que compõe as áreas de Ciências Agrárias, Ciências Biológicas e Ciências da Saúde, o de Ciências Exatas, Tecnológicas e Multidisciplinar, que compõe as áreas de Ciências Exatas e da Terra, Engenharias e Multidisciplinar e o Colégio de Humanidades, que compõem as Ciências Humanas, as Ciências Sociais Aplicadas e a Linguística, Letras e Artes.

Atualmente, nas grandes áreas mencionadas acima a UAG possui, quatro cursos na área das Ciências Agrárias, um na área de Ciências Exatas e da Terra, um na área de Ciências Humanas, um na área de Linguística, Letras e Artes e nenhum nas áreas de Engenharias, Multidisciplinar, Ciências Biológicas, Ciências da Saúde e Ciências Sociais Aplicadas. Para a UFGA, dos cursos possíveis de serem implantados, contemplando 8 áreas do conhecimento,

sugerem-se a implementação de mais 23 cursos presenciais, totalizando 30, sendo 5 cursos de ciências agrárias, 1 de Ciências Biológicas, 5 de Ciências da Saúde, 4 de Ciências Exatas e da Terra, 2 Engenharias, 1 Multidisciplinar, 6 de Ciências Humanas, 3 de Ciências Sociais Aplicadas e 3 de Linguística, Letras e Artes (Quadro 5). Dos 30 cursos possíveis, 10 serão implantados e duas Unidades Acadêmicas a serem construídas. Além presenciais, pensa-se em mais 5 curso de graduação à distância que serão apresentados posteriormente.

**Quadro 5.** Relação de áreas do conhecimento e cursos de graduação, na perspectiva da transformação da Unidade Acadêmica de Garanhuns / UFRPE em Universidade Federal de Garanhuns (UFGA).

<b>COLÉGIOS</b>	<b>ÁREAS DE CONHECIMENTO</b>	<b>Quantidade de Cursos por Áreas de Conhecimento na UAG</b>	<b>Projeção de Cursos por Áreas de Conhecimento na UFGA*</b>
Ciências da vida	Ciências Agrárias	4	5(+1)
	Ciências Biológicas	0	1(+1)
	Ciências da Saúde	0	5 (+5)
Ciências exatas, tecnológicas e multidisciplinar	Ciências Exatas e da Terra	1	4 (+3)
	Engenharias	0	2 (+2)
	Multidisciplinar	0	1 (+1)
Humanidades	Ciências Humanas	1	6 (+5)
	Ciências Sociais Aplicadas	0	3 (+3)
	Linguística, Letras e Artes	1	3 (+2)
<b>TOTAL</b>		<b>7</b>	<b>30 (+23)</b>

\*Entre parênteses: Número proposto de novos cursos por área de conhecimento, que serão definidos com base em estudo de exequibilidade, desenvolvimento local, sustentabilidade ambiental e sócia e formação humanística, científica e técnica.

Sobre os cursos na grande área de Ciências Exatas e da Terra, atualmente a UFRPE/UAG possui apenas o curso de Ciências da Computação e dentro os possíveis cursos a serem implementados nessa grande área destacam-se Engenharia da Computação,

Estatística, Física (bacharelado e/ou licenciatura), Matemática (bacharelado e/ou licenciatura), Química (bacharelado e/ou licenciatura) e Sistema da Informação. Comenta-se que essa lista não esgota as possibilidades e a definição a definição de cursos nessa grande área será feita em estudo realizado posteriormente.

Com relação os cursos na grande área de Ciências Biológicas, atualmente a UFRPE/UAG não possui curso implementado e dentre os possíveis cursos nessa grande área destaca-se Ciências biológicas (Licenciatura e/ou Bacharelado). Comenta-se que essa lista não esgota as possibilidades e a definição de cursos nessa grande área será feita em estudo realizado posteriormente.

Na grande área de Engenharias, atualmente a UFRPE/UAG não possui curso implementado e dentre os possíveis cursos nessa grande área destacam-se Engenharia Biomédica, Engenharia Civil, Engenharia de Produção, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica e Engenharia Sanitária. Comenta-se que essa lista não esgota as possibilidades e a definição de cursos nessa grande área será feita em estudo realizado posteriormente.

Tratando-se de cursos na grande área de Ciências da Saúde, atualmente a UFRPE/UAG não possui curso implementado e dentre os possíveis cursos nessa grande área destacam-se Biomedicina, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Fonoaudiologia, Medicina, Nutrição, Odontologia, Saúde Coletiva e Terapia Ocupacional. Comenta-se que essa lista não esgota as possibilidades e a definição de cursos nessa grande área será feita em estudo realizado posteriormente.

Com referência aos cursos na grande área de Ciências Agrárias, atualmente a UFRPE/UAG possui os cursos de Agronomia, Engenharia de Alimentos, Medicina Veterinária e Zootecnia já implementado. Dentre os possíveis cursos que venham a ser implantados e representados nessa grande área destacam-se Recursos Florestais e Engenharia Florestal. Comenta-se que essa lista não esgota as possibilidades e a definição de cursos nessa grande área será feita em estudo realizado posteriormente.

Atualmente a UFRPE/UAG não possui cursos implementado na grande área de Ciências Sociais Aplicadas e dentre os possíveis cursos nessa grande área destacam-se Administração, Arquitetura e Urbanismo, Biblioteconomia, Ciência da Informação, Comunicação, Direito, Economia, Museologia, Serviço Social e Turismo. Comenta-se que essa lista não esgota as possibilidades e a definição de cursos nessa grande área será feita em estudo realizado posteriormente.

O curso de Licenciatura em Pedagogia é o único curso já implementado atualmente na UFRPE/UAG na grande área de Ciências Humanas. Dentre os possíveis cursos para a UFGA nessa grande área destacam-se Antropologia, Ciência Política, Filosofia, Geografia, História, Psicologia e Sociologia. Comenta-se que essa lista não esgota as possibilidades e a definição de cursos nessa grande área será feita em estudo realizado posteriormente.

Relativo aos cursos na grande área de Linguísticas, Letras e Artes, atualmente a UFRPE/UAG possui apenas o curso de Licenciatura em Letras – Português / Inglês já implementado e dentre os possíveis cursos nessa grande área destacam-se Artes Plásticas, Dança, Educação Artística, Letras (habilitação Libras), Letras (habilitação Espanhol), Música e Teatro. Comenta-se que essa lista não esgota as possibilidades e a definição de cursos nessa grande área será feita em estudo realizado posteriormente.

A respeito dos cursos na grande área Multidisciplinar, atualmente a UFRPE/UAG não possui curso implementado e dentre os possíveis cursos nessa grande área destacam-se Interdisciplinar, Ensino, Materiais e Biotecnologia. Comenta-se que essa lista não esgota as possibilidades e a definição de cursos nessa grande área será feita em estudo realizado posteriormente.

### **5.1.1.3. Estágio e Demais Programas de Suporte ao Ensino**

Atualmente a UFRPE/UAG possui diversos programas ligados as atividades de suporte ao ensino dos quais destacam-se o programa de Estágio Obrigatório e o programa de Estágio Voluntário, o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID, o Programa de Atividades de Vivência Interdisciplinar – PAVI, o Programa de Monitoria e os Grupos de Estudo.

Na perspectiva da transformação da UFRPE/UAG na UFGA, têm-se também como objetivo a consolidação e ampliação dos programas já existentes na instituição bem como a criação de novos programas visando o desenvolvimento, aprimoramento e a vivência prática dos discentes de graduação dessa instituição.

### 5.1.2. EAD

A Educação a Distância é uma modalidade que apresenta formatos diversos, sendo os mais comuns semipresencial, feito pela *internet* e auxiliado por polos de ensino e, outro feito totalmente a distância.

Na atualidade, a Educação a Distância (EAD) permite aprendizagem e formação que consideram flexibilidade de tempo, proximidade geográfica do aluno, grande disponibilidade de informação em rede, flexibilidade, lançando mão da diversidade de recursos em convergência de mídias.

No Brasil, a Educação a Distância ofertada por instituições públicas são é gerenciadas pela Diretoria de Educação a Distância da CAPES desde 2007, mas a chamada Universidade Aberta do Brasil data do ano de 2005. São apenas 11 anos, mas com um crescimento impressionante que aponta para oferta de 673<sup>11</sup> cursos em todo o país nas mais diversas áreas, seja Bacharelado, Licenciatura, Aperfeiçoamento, Especialização ou Tecnólogo. Embora esse crescimento seja grande, o ensino superior público na modalidade a distância ainda representa uma parcela minoritária no mapeamento das matrículas no país<sup>12</sup>.

Pesquisa realizada na página da Universidade Aberta do Brasil (UAB-CAPES) mostra que as Universidades da Região Nordeste ofertam de 147 cursos, mas apenas dezenove destes estão em Pernambuco, que atende diversas cidades. A Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) tem oito cursos, a Universidade de Pernambuco (UPE) oferta três cursos e a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) oferta oito. Há escassez de cursos superiores no Estado de Pernambuco ministrados a distância, o que significa dizer que há microrregiões ainda não atendidas pelo ensino superior público.

A Universidade Federal Rural de Pernambuco há dez anos dispõe de oito cursos de Graduação: Bacharel em Administração Pública e Bacharel em Sistemas de Informação; seis Licenciaturas em: Artes Visuais Digitais, Letras, Pedagogia, Computação, Física e História. Oferta, ainda, um Mestrado *stricto sensu* em Gestão e Tecnologia em Educação a Distância. Estão cobertas pela modalidade semipresencial as áreas de Ciências Exatas e da Terra, Ciências Sociais e Aplicadas, Ciências Humanas e Artes, Letras e Linguística.

11 Fonte: <http://www.capes.gov.br/uab>

12 Fonte: <http://convergenciacom.net/pdf/mapa-ensino-superior-brasil-2015.pdf>

Na Unidade Acadêmica de Garanhuns, não há oferta de cursos nessa modalidade, sendo, então necessária a oferta de cursos para atender o Estado de Pernambuco, Estados vizinhos e as regiões.

A partir desse panorama, entendemos que uma proposta de transformação da Unidade Acadêmica de Garanhuns em Universidade Federal de Garanhuns também deve observar questões de uso de tecnologias para aprendizagem e ensino, mas também para inovação tecnológica. Nessa linha, a EAD terá como função maior pensar, propor e fornecer tecnologias que viabilize cursos semipresenciais, a distância e o uso de recursos tecnológicos nos cursos presenciais. Assim, a EAD poderá oferecer disciplinas para a modalidade presencial (os alunos de cursos presenciais podem cursar disciplinas em modalidade não presencial), semipresencial de curta, média duração (*lato sensu*) e longa duração, propondo-se a ser, também, captador de recursos para a instituição. Desta feita, este projeto de núcleo estaria ligado à vice-reitoria uma vez que sua estrutura abarcaria (1) uma divisão de ensino e uma (2) divisão de tecnologias e mídias.

Além disso, a visão de Universidade híbrida será discutida com a comunidade de modo que exista integração dos cursos presenciais com atividades/disciplinas a distância, fornecer laboratórios virtuais, biblioteca digital, Ambiente Virtuais de Aprendizagem e políticas para aprendizagem mediada por tecnologias.

Destaca-se que o uso das tecnologias no Ensino Superior deve estar marcado nos cursos de graduação e pós-graduação não apenas como ferramenta, mas como proposta de ensino-aprendizagem que permeie as concepções dos cursos. Assim, pensar em educação a distância hoje significa abarcar não apenas os cursos não presenciais de graduação e pós graduação, mas promover competências para aprendizagem autônoma, agregar experiências de letramentos digitais para a vida, promover conhecimento em ambiente complexos também a alunos de cursos presenciais. É importante que os cursos da nova universidade universalizem as tecnologias no ensino a fim de cumprir demandas urgentes de acesso ao conhecimento e à formação.

Assim, há uma proposta de oferta de 05 (cinco) possíveis cursos de graduação, 03 (três) de especialização e 03 (três) instrumental. As escolha dos cursos, no entanto, estará condicionada a estudo de viabilidade e mediante extensivas reuniões à sociedade civil, comunidade acadêmica, poder público, comunidades, terceiro setor, empresários e demais organizações sociais que fazem parte do território de atuação.

### **5.1.3. COLÉGIO DE APLICAÇÃO**

A Universidade Federal de Garanhuns - UFGA tem a proposta de criar um Colégio de Aplicação, ligado diretamente à vice Reitoria, que se constitua como núcleo de investigação educacional, atendendo a objetivos de um saber reflexivo consonante com as necessidades da sociedade em que está inserido.

Propomos que, em seu trabalho pedagógico, o referido colégio desenvolva habilidades que proporcionem ao estudante a capacidade de pensar criticamente e assim comunicar-se através de suas variadas formas de linguagem; autonomia acadêmica através do pensamento crítico e reflexivo acerca do seu contexto, fazendo inferências, levantando hipóteses, testando e avaliando; apropriar-se do conhecimento como recurso fundamental para a compreensão e interpretação do mundo, sendo esta a condição essencial para o exercício pleno da cidadania.

A existência dessa instituição de ensino proporcionaria o desenvolvimento de novas experiências pedagógicas e estágios supervisionados para os cursos de Licenciatura e Educação, segundo as exigências da Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB). Desta forma, contribuiria tanto com a formação inicial de professores, por meio de um campo de estágio qualificado, no qual os estudantes poderão ter acesso a boas práticas docentes e boas experiências educativas de gestão e coordenação escolar; como com a formação continuada de professores em serviço, à medida que buscará compartilhar tais propostas pedagógicas com as instituições de ensino ligadas às redes estaduais, municipais e privadas.

Além das finalidades acima apontadas, nesse colégio poderá ser realizados projetos de pesquisa relativos à Educação Básica e atividades de Extensão por meio de programas, projetos, cursos e consultorias.

A intenção principal é que ele seja um Núcleo de Educação Básica, que contemple as diferentes Etapas desta: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. No caso da Educação Infantil, a proposta é que o Centro atenda também crianças de zero a três anos.

#### **5.1.4. PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO**

Em face do diagnóstico apresentado anteriormente, vê-se claramente que o desenvolvimento da Pesquisa e da Pós-Graduação na Unidade Acadêmica de Garanhuns já vem ocorrendo de forma satisfatória. No entanto, qualquer Instituição de Ensino Superior que pretenda ser de excelência, deve primar por uma Pesquisa e uma Pós-Graduação de elevada qualidade. Assim sendo, faz-se necessário o aumento em qualidade, por meio da elevação dos conceitos atuais dos cursos de Mestrado, e em quantidade, por meio da criação de novos cursos de Pós-Graduação.

Desse modo, com a UAG se tornando uma nova Universidade Federal de Garanhuns - UFGA, pretende-se criar nos primeiros quatro anos, quatro novos cursos de Pós-Graduação (um Doutorado e três Mestrados) e nos oito anos seguintes, mais quatro novos cursos de Pós-Graduação. As definições dos cursos, no entanto, estará condicionada a estudo de viabilidade e mediante extensivas reuniões à sociedade civil, comunidade acadêmica, poder público, comunidades, terceiro setor, empresários e demais organizações sociais que fazem parte do território de atuação.

A proposta de transformação da UAG em UFGA visa contribuir para o aumento na quantidade e na qualidade da Pesquisa e da Pós Graduação no interior do estado de Pernambuco. Essa expansão será feita em consonância com as linhas temáticas prioritárias estabelecidas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação (MCTIC) dentre as quais destacam-se ampliação das bases para a sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento de uma economia de baixo carbono; mudanças climáticas globais; superação da pobreza e redução das desigualdades sociais e regionais. Além das linhas temáticas estabelecidas pelo MCTIC também serão observadas as Metas do Plano Nacional de Educação (PNE), especificamente a meta 16. Também pretende-se contribuir para se alcançar algumas metas do Plano Nacional de Pós Graduação (PNPG), a saber, o aumento da proporção de doutores em relação a população nacional, diminuição das assimetrias regionais e a ampliação da pesquisa sobre questões relativas ao Ensino Básico.

Para se chegar a essas metas, a nova Universidade visualiza, inclusive na provisão de recursos financeiros, ações de fortalecimento da Pesquisa e da Pós-Graduação, que são:

01 – Criação de uma Fundação de Apoio à Pesquisa;

02 – Construção de um prédio administrativo para todos os cursos de Pós-Graduação atuais e novos, contendo estrutura para: Coordenações; Secretarias; Salas de Aulas; Salas de Estudo (para discentes); Sala de Informática; Auditórios; Biblioteca setorial; Salas de Apoio Administrativo (contabilidade, diplomas, etc.);

03 - Construção de uma Residência Universitária para os discentes da Pós-Graduação;

04 – Dotar a Fazenda Experimental de toda infraestrutura necessária para a realização de experimentos nas áreas de Ciências Agrárias, Ambientais, Humanas etc.;

05 – Editais para financiamento de projetos de pesquisa dos docentes e/ou técnicos, nos moldes do CNPq e FACEPE;

06 – Editais para concessão de cotas de bolsas de Iniciação Científica, compatíveis com a quantidade de discentes dos cursos de Graduação atuais e dos novos (no mínimo 10 cotas por curso de Graduação);

07 – Editais para concessão de cotas de bolsas (no mínimo 05 cotas por curso) de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) nos moldes da FACEPE;

08 – Editais para apoiar e incentivar a publicação em revistas de alto impacto, com recursos para Correção Gramatical (inglês) e pagamentos de taxas de publicação;

09 – Manter e aumentar a quantidade de veículos destinados para as atividades de pesquisa e pós-graduação;

10 – Oferecer as condições necessárias para a criação de cursos de Mestrado e Doutorado Interinstitucional (MINTER e DINTER) para docentes e técnicos administrativos, bem como Especializações e Mestrados Profissionais para técnicos administrativos;

11 – Ofertar um adicional de 20% de vagas exclusivamente aos servidores de instituições públicas de ensino superior, dando ênfase aos servidores da nova universidade;

12 – Fomentar a criação de Biblioteca Digital e Revistas Científicas pautadas nos pressupostos do Acesso Aberto.

### 5.1.5. EXTENSÃO E CULTURA

A presente proposta para a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da Universidade Federal de Goiás-UFGA e a concepção de Extensão Universitária foi elaborada considerando os documentos produzidos nos Fóruns de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras – FORPROEX, dentre os quais, destacam-se: 1- Extensão Universitária: Organização e Sistematização (FORPROEX, 2007); 2- Política Nacional de Extensão Universitária (2012); 3- Avaliação da Extensão Universitária – Práticas e Discussão Permanente de Avaliação da Extensão (FORPROEX, 2013). Essas publicações norteiam as ações dos gestores e participantes da Extensão Universitária no Brasil. Neste contexto, foi apresentado o seguinte conceito de Extensão Universitária:

*A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre universidade e outros setores da sociedade (FORPROEX, 2012, p.15).*

A Política Nacional de Extensão Universitária pontua objetivos formalizados no Plano Nacional de Extensão Universitária de 1999, aos quais foram acrescentados outros que se fazem necessários para o enfrentamento de novos desafios da Extensão Universitária. Com isso, podem ser citadas as seguintes bases de tais objetivos (FORPROEX, 2012, p. 05-06):

1. reafirmar a Extensão Universitária como processo acadêmico definido e efetivado em função das exigências da realidade, além de indispensável na formação do estudante, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade;
2. conquistar o reconhecimento, por parte do Poder Público e da sociedade brasileira, da Extensão Universitária como dimensão relevante da atuação universitária, integrada a uma nova concepção de Universidade Pública e de seu projeto político-institucional;
3. contribuir para que a Extensão Universitária seja parte da solução dos grandes problemas sociais do País;
4. conferir maior unidade aos programas temáticos que se desenvolvem no âmbito das Universidades Públicas brasileiras;
5. estimular atividades de Extensão cujo desenvolvimento implique relações multi, inter e ou transdisciplinares e interprofissionais de setores da Universidade e da sociedade;

6. criar condições para a participação da Universidade na elaboração das políticas públicas voltadas para a maioria da população, bem como para que ela se constitua como organismo legítimo para acompanhar e avaliar a implantação das mesmas;
7. possibilitar novos meios e processos de produção, inovação e disponibilização de conhecimentos, permitindo a ampliação do acesso ao saber e o desenvolvimento tecnológico e social do País;
8. defender um financiamento público, transparente e unificado, destinado à execução das ações extensionistas em todo território nacional, viabilizando a continuidade dos programas e projetos;
9. priorizar práticas voltadas para o atendimento de necessidades sociais (por exemplo, habitação, produção de alimentos, geração de emprego, redistribuição da renda), relacionadas com as áreas de Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção, Trabalho;
10. estimular a utilização das tecnologias disponíveis para ampliar a oferta de oportunidades e melhorar a qualidade da educação em todos os níveis;
11. considerar as atividades voltadas para o desenvolvimento, produção e preservação cultural e artística como relevantes para a afirmação do caráter nacional e de suas manifestações regionais;
12. estimular a educação ambiental e o desenvolvimento sustentável como componentes da atividade extensionista;
13. tornar permanente a avaliação institucional das atividades de extensão universitária como um dos parâmetros de avaliação da própria Universidade;
14. valorizar os programas de extensão interinstitucionais, sob a forma de consórcios, redes ou parcerias, e as atividades voltadas para o intercâmbio e a solidariedade;
15. atuar, de forma solidária, para a cooperação internacional, especialmente a latino-americana.

A presente proposta leva em consideração também os seguintes documentos oficiais: 1- Lei nº 12.343 de 2 setembro de 2010 (BRASIL, 2010), que aprova o Plano Nacional de Cultura (PNC), que norteia a Política Nacional e estabelece objetivos diretrizes, ações e metas para 10 anos (2010 – 2020); 2- As Metas do Plano Nacional de Cultura (BRASIL, 2013), que apresenta de forma didática a Lei 12.343/2010 e as 53 metas que orientam sua execução; 3- Como fazer um Plano de Cultura (BRASIL, 2013), que trata das experiência e parcerias com instituições acadêmicas, municípios, estados, institutos e fundações públicas e privadas que se dedicam ao tema da gestão cultural. Dentro das Metas estipuladas pelo Plano Nacional é discutido a necessidade de fomentar a participação dos gestores públicos estaduais e municipais e de toda a sociedade para colaborarem com as informações sobre a diversidade cultural. A integração de diversas pesquisas e cadastros no Sistema Nacional de Informações

e Indicadores Culturais (SNIIC) também contribuirá com a formação de uma grande base de dados sobre a cultura no país.

A presente proposta leva em consideração o Plano Nacional de Cultura, em conformidade com a Constituição Federal, que é regido pelos seguintes princípios (BRASIL, 2010):

- I - liberdade de expressão, criação e fruição;
- II - diversidade cultural;
- III - respeito aos direitos humanos;
- IV - direito de todos à arte e à cultura;
- V - direito à informação, à comunicação e à crítica cultural;
- VI - direito à memória e às tradições;
- VII - responsabilidade socioambiental;
- VIII - valorização da cultura como vetor do desenvolvimento sustentável;
- IX - democratização das instâncias de formulação das políticas culturais;
- X - responsabilidade dos agentes públicos pela implementação das políticas culturais;
- XI - colaboração entre agentes públicos e privados para o desenvolvimento da economia da cultura;
- XII - participação e controle social na formulação e acompanhamento das políticas culturais.

Ainda, serão considerados os objetivos do Plano Nacional de Cultura (BRASIL, 2010):

- I - reconhecer e valorizar a diversidade cultural, étnica e regional brasileira;
- II - proteger e promover o patrimônio histórico e artístico, material e imaterial;
- III - valorizar e difundir as criações artísticas e os bens culturais;
- IV - promover o direito à memória por meio dos museus, arquivos e coleções;
- V - universalizar o acesso à arte e à cultura;
- VI - estimular a presença da arte e da cultura no ambiente educacional;
- VII - estimular o pensamento crítico e reflexivo em torno dos valores simbólicos;

VIII - estimular a sustentabilidade socioambiental;

IX - desenvolver a economia da cultura, o mercado interno, o consumo cultural e a exportação

de bens, serviços e conteúdos culturais;

X - reconhecer os saberes, conhecimentos e expressões tradicionais e os direitos de seus detentores;

XI - qualificar a gestão na área cultural nos setores público e privado;

XII - profissionalizar e especializar os agentes e gestores culturais;

XIII - descentralizar a implementação das políticas públicas de cultura;

XIV - consolidar processos de consulta e participação da sociedade na formulação das políticas culturais;

XV - ampliar a presença e o intercâmbio da cultura brasileira no mundo contemporâneo;

XVI - articular e integrar sistemas de gestão cultural.

Tendo em vista essa base norteadora, a PREC terá como o papel de promover e coordenar ampla interação entre a universidade e a sociedade, através de ações extensionistas articuladas com o ensino e a pesquisa, que proporcionem a transformação social e viabilizem a formação integral do estudante, preparando-o para intervir positivamente na realidade em que vive. Ainda, terá o papel de:

- Possibilitar, por meio da Extensão Universitária, que a universidade se realize plenamente como instrumento emancipatório, considerando uma perspectiva de totalidade que inter-relacione a extensão, o ensino e a pesquisa;
- Articular as atividades de ensino e pesquisa com as demandas sociais, e reafirmar seu papel transformador, com vistas à melhoria na qualidade de vida e no processo geral de desenvolvimento da sociedade;
- Ser um elo efetivo de interação entre universidade e sociedade no desenvolvimento de projetos de ação comunitária, divulgação de resultados de pesquisa, cultural, cursos, eventos, prestação de serviços, entre outras formas de atuação;
- Desenvolver um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que articule o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabilize a interação transformadora entre universidade e outros setores da sociedade.

De acordo com a Lei 9.394 de 1996 de Diretrizes e Bases da Educação –LDB, a avaliação é de extrema relevância uma vez que coloca a extensão como uma das finalidades da universidade. Deve ser entendida com um caráter emancipatório de análise e posicionamento político no sentido de ir constituindo uma universidade que interage com outros segmentos da sociedade, sendo assim considerada como parte de um processo de criação e produção de alternativas. Constitui-se então como uma ferramenta de gestão que subsidia a tomada de decisão, pois gera conhecimentos dentro de um projeto de universidade e de reflexão sobre a própria extensão universitária (BRASIL, 1996).

Desta forma, contribuindo neste processo faz-se necessário partir de três conceitos fundamentais constituintes de um modelo de avaliação institucional da extensão universitária, a saber: a dimensão, a categoria e os indicadores. Segundo Abbagnano (2012, p. 327), entende-se que o termo dimensão diz respeito a “plano, nível, grau ou direção no qual se possa efetuar uma investigação ou realizar uma ação”. A dimensão circunscreve, portanto, uma determinada abrangência e amplitude que possibilita a sua aferição e avaliação. Quanto ao termo categoria, este é tomado, no sentido dado por Ryle (1975), como proposição semântica: “Asserções que enunciam que certos termos pertencem a certas categorias ou tipos (p. 29). Esses tipos são determinados como “relações lógicas de uma proposição, isto é, aquilo que ela implica, aquilo pelo qual ela é implicada, aquilo com o qual ela é compatível e aquilo com o qual ela é incompatível” (p. 39). Já os indicadores permitem medir o alcance das metas de um projeto e em que medida seus objetivos estão sendo alcançados. O seu principal referencial é o comportamento da realidade como consequência de um projeto, ou seja, de que modo e em que medida foram produzidas transformações no grupo afetado pelo projeto. Com base nessas observações é possível determinar quais são os indicadores válidos para a avaliação (COHEN; FRANCO, 1998).

A partir desses conceitos, a instituição será elaborada uma proposta de avaliação institucional da extensão, tendo também a possibilidade de construir seus marcos de referência. Entende-se que os marcos de referência são parâmetros de qualidade, servindo de base par a comparação entre a realidade de um objeto e de um estado desejável. A fixação de marcos de referência orienta o processo avaliativo. Sem eles, a avaliação corre o risco de produzir juízos espontâneos e inconsistentes (DIAS SOBRINHO, 2000).

Diante dos indicadores que serão estabelecidos, os marcos de referência conduzem aos padrões de aceitabilidade relativos ao que se avalia, os quais vão orientar o processo diante

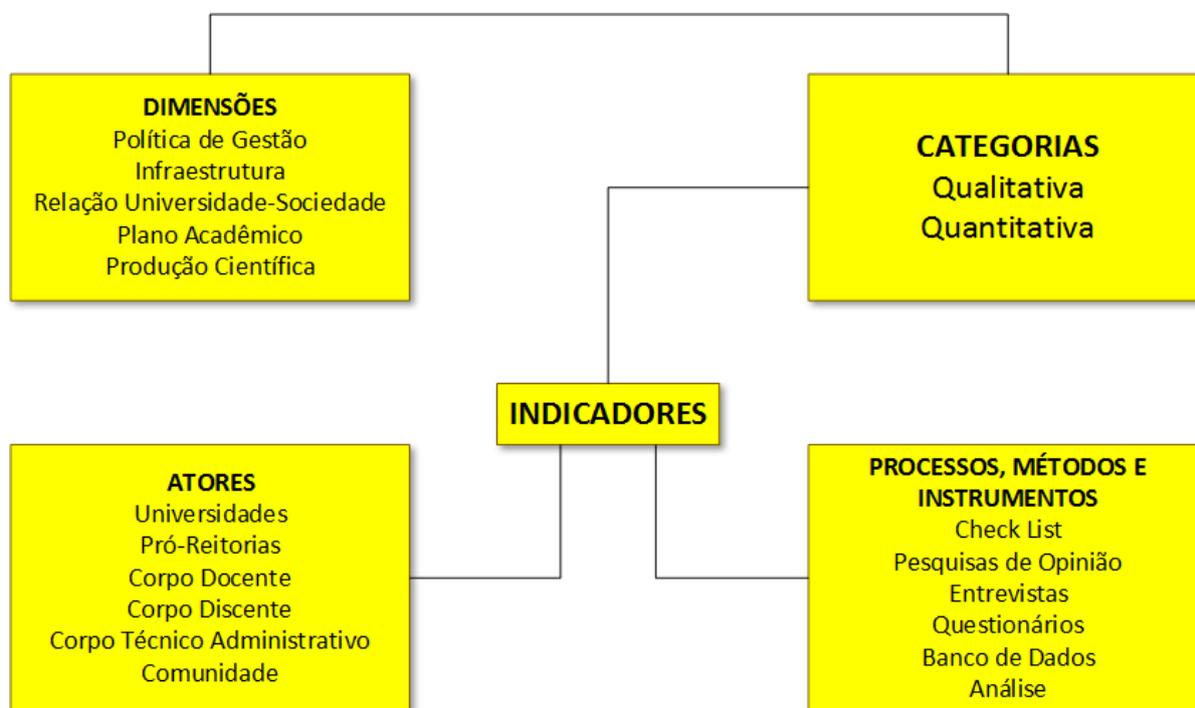
das múltiplas manifestações dos objetos a serem avaliados. Ao determinarem marcos de referência, identificam-se os valores à luz dos quais se pretende a comparabilidade entre os diferentes alvos da avaliação. Esses indicadores possibilitam medir os impactos e efeitos do compromisso institucional, das atividades de extensão e dos processos, métodos e instrumentos, conforme estabelece a tabela seguinte (FOPROEX, 2013).

É importante também destacar a questão dos instrumentos de avaliação. Instrumentos de avaliação são meios pelos quais serão obtidas as informações necessárias para realização da análise. Esses instrumentos devem ser testados para verificar se é possível para o avaliador ou o avaliado respondê-los de forma adequada, garantindo que as respostas obtidas signifiquem exatamente o que expressam. Para conceber um instrumento, portanto, é necessário imaginar as situações em que o mesmo será respondido, as possíveis fontes de informações, as diferenças conceituais e regionais, entre outras. Também é necessário definir previamente se o indicador será qualitativo ou quantitativo e, neste caso, se será utilizada uma forma de torná-lo operacional para cálculos, tais como: banco de dados, check-list, pesquisas de opinião, entrevistas, questionários.

É com base nessa discussão de elementos teóricos norteadores da avaliação das atividades de extensão, que se propõe o modelo de avaliação institucional da extensão universitária (Figura 17).

Como projeção de crescimento, baseada nos aspectos legais e norteadores referidos acima, foi traçado um panorama com base no registro de ações de extensão no Sistema de Informações e Gestão de Projetos do MEC (SigProj). Com esses dados (tabela 1), foi obtida uma média de 55,6 ações de extensão/ano nos últimos 5 anos. Com essa média, foi realizada uma projeção linear proporcional, tendo em vista o número de cursos atuais e após a implantação dos novos cursos (30 cursos de graduação presenciais e 5 cursos de EAD) nos próximos 10 anos, como pode ser observado na tabela 1 e na figura 18.

## Modelo de Avaliação da PREC

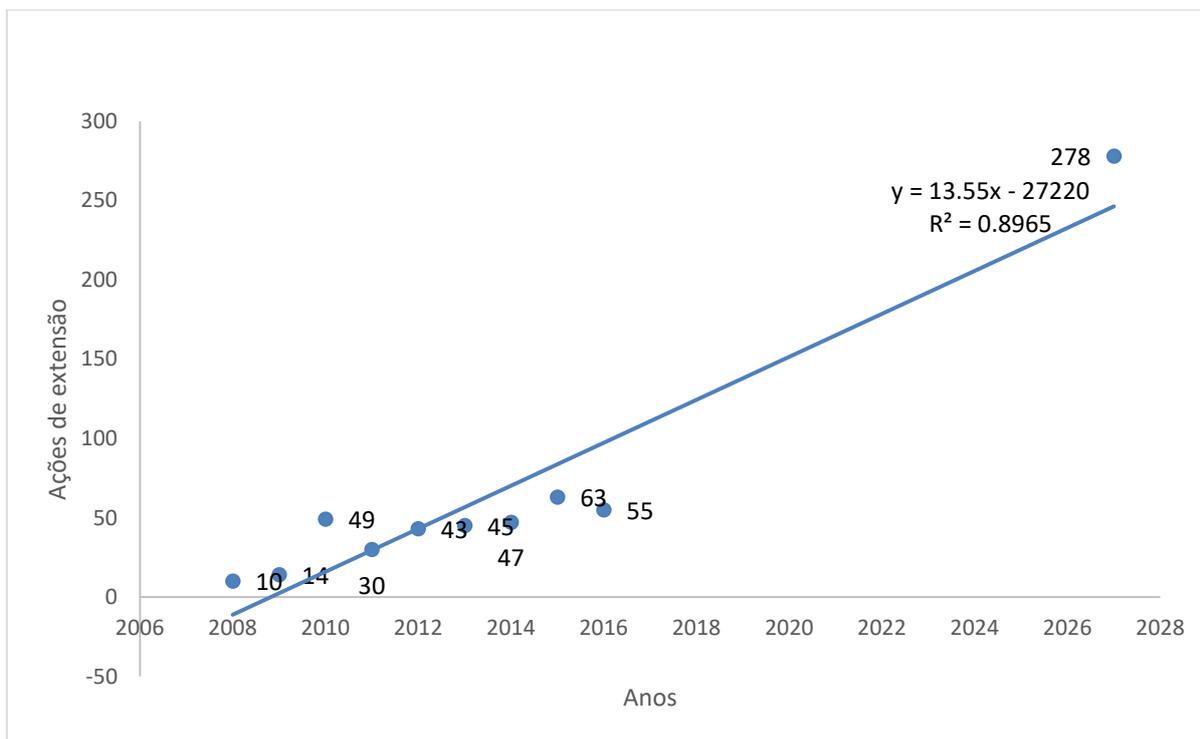


**Figura 17.** Modelo de avaliação institucional da extensão universitária, na perspectiva da nova Universidade.  
Fonte: Adaptado de Forproex (2001).

**Tabela 1.** Ações de extensão desenvolvidas na Unidade Acadêmica de Garanhuns-UFRPE de 2008 a 2016 e projeção para 2027.

<b>Ação extensionista</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2027*</b>
<b>Eventos</b>	5	4	19	3	13	7	7	10	9	-
<b>Cursos</b>	0	8	7	0	3	1	1	9	0	-
<b>Projetos</b>	5	2	23	27	27	37	39	44	46	-
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>14</b>	<b>49</b>	<b>30</b>	<b>43</b>	<b>45</b>	<b>47</b>	<b>63</b>	<b>55</b>	<b>278</b>

\*Projeção do total de ações de extensão para os próximos 10 anos de consolidação da nova Universidade.

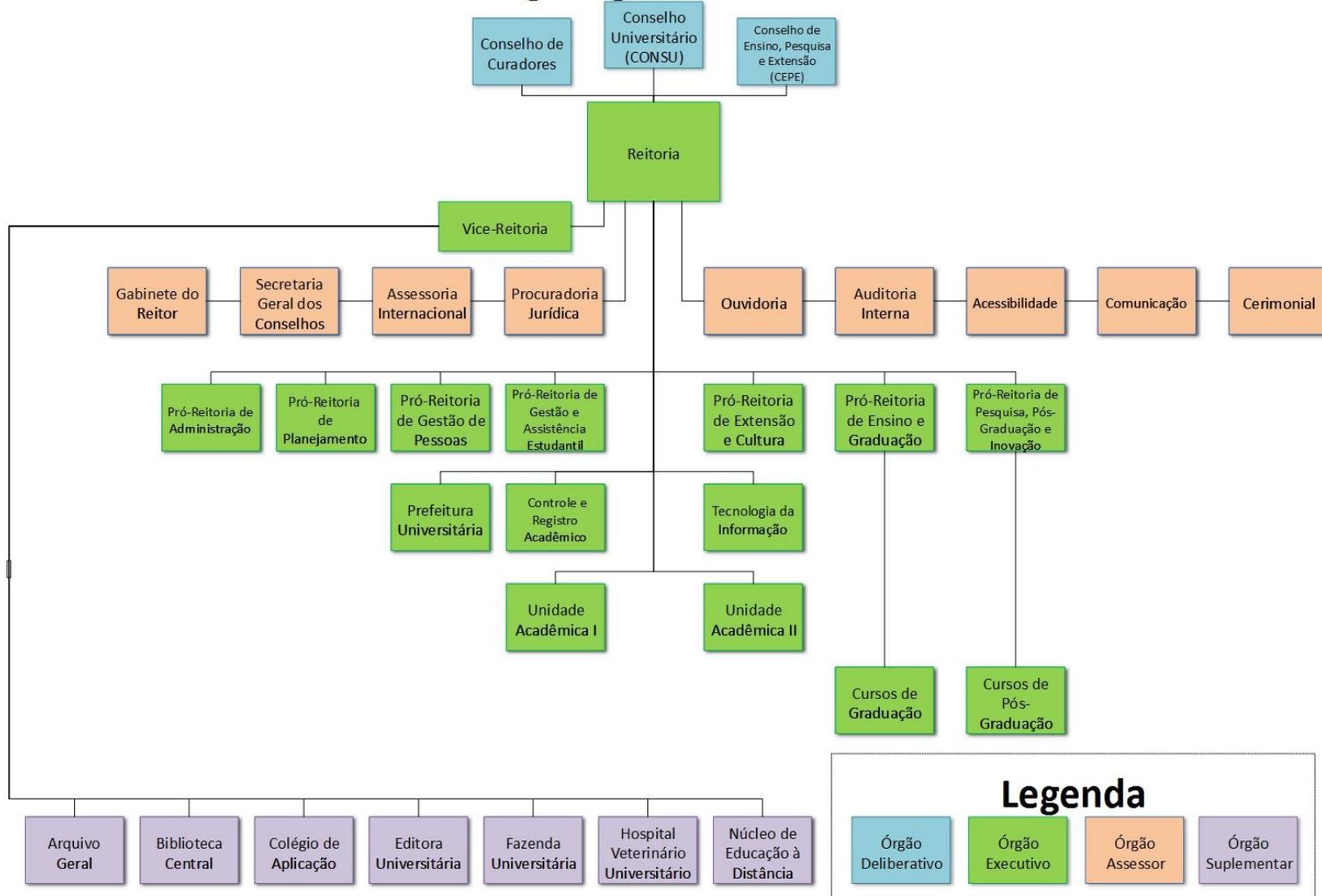


**Figura 18.** Projeção do número de ações de extensão, na perspectiva da nova Universidade após 10 anos de implantação.

## 5.2. INFRAESTRUTURA PARA IMPLANTAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GARANHUNS

Tendo em vista a análise dos potenciais regionais, conforme descrição na seção 3 deste documento, bem como as projeções relativas à infraestrutura necessária para estabelecer a Universidade Federal de Garanhuns – UFGA, foi elaborado o organograma geral, em que se destacam todos os setores administrativos, distribuídos em seus respectivos níveis hierárquicos, com base no qual se dimensionou a estrutura física e o quadro de pessoal necessários para compor a UFGA, a saber:

# Organograma Geral



## Legenda



### 5.3. INFRAESTRUTURA DE RECURSOS HUMANOS

#### 5.3.1 – Cargos de Direção e Funções Gratificadas

A partir da estrutura hierárquica apresentada no organograma geral da UFGA, realizou-se o levantamento do quantitativo de cargos de direção e de funções gratificadas requeridos para a implementação da estrutura de gestão da universidade, os quais foram dispostos da seguinte forma:

**Quadro 11.**QuadroResumo de Chefias e Função Gratificadas

<b>FUNÇÃO</b>	<b>PERFIL</b>	<b>QUANTIDADE</b>
<b>CD - 1</b>	Reitor	<b>1</b>
<b>CD - 2</b>	Vice-Reitor e Pró-Reitores; PrefeituraUniversitária	<b>9</b>
<b>CD - 3</b>	ÓrgãosAcessores; ÓrgãoSuplementares; CORA; TI; DiretorAcadêmico de Unidades	<b>13</b>
<b>CD - 4</b>	Diretor de Departamento; Vice-PrefeitoUniversitário; DiretorAdministrativo de Unidades	<b>39</b>
<b>FG - 1</b>	Secretarias e AssessoriasEspeciais de Departamento	<b>37</b>
<b>FG - 2</b>	Chefe de Coordenadoria	<b>70</b>
<b>FG - 3</b>	Chefe de Divisão	<b>151</b>
<b>FG - 4</b>	Chefe de Seção	<b>50</b>
<b>FUC (FCC) - 1</b>	Coordenadores de Cursos de Graduação e Pós-Graduação	<b>43</b>

#### 5.3.2 – Contratação de Servidores Técnicos Administrativos e Docentes

A implantação de uma universidade pautada na excelência, na inovação e na efetiva democratização do acesso e da permanência dos estudantes na educação superior demanda a ampliação do quadro permanente de pessoal Técnico Administrativo e de Docentes, com vistas à continuidade da condução eficaz das atividades de ensino, pesquisa e extensão universitárias.

Com relação aos Técnicos Administrativos, a Unidade Acadêmica de Garanhuns atualmente é composta por 82 (oitenta e dois) profissionais deste segmento, os quais são responsáveis por manter uma estrutura de 07 (sete) cursos de graduação e 05 (cinco)

programas de pós-graduação. Destaque-se, porém, que o quantitativo técnico administrativo lotado hoje na UAG é insuficiente, tendo em vista que cerca de 60% das atividades desempenhadas por esse segmento são desenvolvidas na sede da UFRPE.

Assim, visando a assegurar a qualidade dos serviços a serem prestados ao cidadão pela universidade, segue quadro resumo contendo o quantitativo necessário de contratação de técnicos de acordo com o cenário projetado para UFGA, que consiste na criação de 30 (trinta) cursos de graduação presencial e 5 (cinco) cursos na modalidade de Educação à Distância (EAD).

**Quadro 12.**QuadroResumoContratação de TécnicosAdministrativos.

<b>CARGO</b>	<b>NÍVEL</b>	<b>Total Atual (A)</b>	<b>Total Nomeações (P)</b>	<b>Total de Servidores TAE (A+P)</b>	<b>% deVariação</b>
<b>Almoxarife</b>	<b>C</b>	0	1	1	<b>100%</b>
<b>Assistente de Laboratório</b>		2	4	6	<b>200%</b>
<b>Auxiliar de Enfermagem</b>		1	0	1	<b>0%</b>
<b>AuxiliaremAdministração</b>		1	21	22	<b>2100%</b>
<b>Auxiliar de Veterinária e Zootecnia</b>		0	2	2	<b>200%</b>
<b>Brigadista de Incêndio</b>		0	1	1	<b>100%</b>
<b>Fotogravador</b>		0	1	1	<b>100%</b>
<b>TOTAL:</b>		<b>4</b>	<b>30</b>	<b>34</b>	<b>750%</b>
<b>AssistenteComercial</b>	<b>D</b>	1	0	1	<b>0%</b>
<b>AssistenteemAdministração</b>		20	402	422	<b>2010%</b>
<b>Diagramador</b>		0	1	1	<b>100%</b>
<b>Editor de Imagens</b>		0	1	1	<b>100%</b>
<b>Motorista</b>		1	0	1	<b>0%</b>
<b>Revisor de Texto Braille</b>		0	4	4	<b>400%</b>
<b>Tecnico de Laboratório / Area</b>		11	76	87	<b>691%</b>
<b>Técnico de Tecnologia da Informação</b>		3	27	30	<b>900%</b>
<b>TécnicoemAgropecuária</b>		3	3	6	<b>100%</b>
<b>TécnicoemAnatomia e Necrópsia</b>		2	0	2	<b>0%</b>
<b>TécnicoemArquivo</b>		0	11	11	<b>1100%</b>
<b>TécnicoemArtesGráficas</b>		0	4	4	<b>400%</b>
<b>TécnicoemContabilidade</b>		1	19	20	<b>1900%</b>
<b>TécnicoemEdificações</b>	1	2	3	<b>200%</b>	
<b>TécnicoemEletrotécnica</b>	0	3	3	<b>300%</b>	

<b>Técnico em Eletrônica</b>		0	1	1	<b>100%</b>
<b>Técnico em Enfermagem</b>		0	3	3	<b>300%</b>
<b>Técnico em Higiene Dental</b>		0	2	2	<b>200%</b>
<b>Técnico em Química</b>		1	2	3	<b>200%</b>
<b>Técnico em Manutenção</b>		0	1	1	<b>100%</b>
<b>Técnico em Nutrição e Dietética</b>		0	2	2	<b>200%</b>
<b>Técnico em Refrigeração</b>		1	2	3	<b>200%</b>
<b>Técnico em Secretariado</b>		0	55	55	<b>5500%</b>
<b>Técnico em Segurança do Trabalho</b>		0	1	1	<b>100%</b>
<b>Tradutor e Intérprete de LIBRAS</b>		2	0	2	<b>0%</b>
<b>Transcritor de Sistema Braille</b>		0	4	4	<b>400%</b>
<b>Operador de Câmera de Cinema e TV</b>		0	2	2	<b>200%</b>
<b>TOTAL:</b>		<b>47</b>	<b>628</b>	<b>675</b>	<b>1336%</b>
<b>Administrador</b>	<b>E</b>	5	29	34	<b>580%</b>
<b>Analista de Tecnologia da Informação</b>		2	12	14	<b>600%</b>
<b>Arquivista</b>		0	6	6	<b>600%</b>
<b>Arquiteto</b>		0	2	2	<b>200%</b>
<b>Auditor</b>		0	1	1	<b>100%</b>
<b>Assistente social</b>		4	15	19	<b>375%</b>
<b>Bibliotecário e Documentalista</b>		3	16	19	<b>533%</b>
<b>Brailista</b>		0	1	1	<b>100%</b>
<b>Biomédico</b>		0	2	2	<b>200%</b>
<b>Contador</b>		0	15	15	<b>1500%</b>
<b>Diretor de Artes Cênicas</b>		0	1	1	<b>100%</b>
<b>Diretor de Produção</b>		0	1	1	<b>100%</b>
<b>Economista Doméstico</b>		0	1	1	<b>100%</b>
<b>Editor de Publicações</b>		0	1	1	<b>100%</b>
<b>Enfermeiro</b>		0	2	2	<b>200%</b>
<b>Engenheiro / Área</b>		1	6	7	<b>600%</b>
<b>Engenheiro de Segurança do trabalho</b>		0	2	2	<b>200%</b>
<b>Engenheiro Agrônomo</b>		0	2	2	<b>200%</b>
<b>Farmacêutico</b>		1	1	2	<b>100%</b>
<b>Fonoaudiólogo</b>		0	1	1	<b>100%</b>
<b>Jornalista</b>		0	6	6	<b>600%</b>
<b>Médico - Área</b>		1	4	5	<b>400%</b>
<b>Médico Veterinário</b>		4	7	11	<b>175%</b>
<b>Músico</b>		0	1	1	<b>100%</b>

<b>Nutricionista</b>		0	2	2	<b>200%</b>
<b>Pedagogo</b>		2	30	32	<b>1500%</b>
<b>Programador Visual</b>		0	1	1	<b>100%</b>
<b>Produtor Cultural</b>		0	4	4	<b>400%</b>
<b>Psicólogo</b>		1	11	12	<b>1100%</b>
<b>Revisor de Texto</b>		0	2	2	<b>200%</b>
<b>Relações Públicas</b>		0	3	3	<b>300%</b>
<b>Secretário Executivo</b>		1	26	27	<b>2600%</b>
<b>Odontólogo / Cirurgião Dentista</b>		0	2	2	<b>200%</b>
<b>Técnico Desportivo</b>		0	1	1	<b>100%</b>
<b>Técnico em Assuntos Educacionais</b>		5	9	14	<b>180%</b>
<b>Tecnólogo/formação</b>		0	27	27	<b>2700%</b>
<b>Tradutor Interpretre</b>		0	10	10	<b>1000%</b>
<b>Zootecnista</b>		1	2	3	<b>200%</b>
<b>TOTAL:</b>		<b>31</b>	<b>265</b>	<b>296</b>	<b>855%</b>
<b>TOTAL:</b>		<b>82</b>	<b>923</b>	<b>1005</b>	<b>1126%</b>

Com relação ao quadro efetivo para a categoria dos docentes para a UFGA, tendo em vista a realidade da Unidade Acadêmica de Garanhuns – UAG, que possui um quadro efetivo de 180 professores em regime de dedicação exclusiva (DE – 40 horas), distribuídos em 7 (sete) cursos de graduação (Agronomia, Ciência da Computação, Engenharia de Alimentos, Letras, Medicina Veterinária, Pedagogia e Zootecnia), o que totaliza uma média de 26 (vinte e seis) professores por curso, e considerando, como já mencionado, a projeção de que a UFGA abrigará 30 (trinta) cursos de graduação presencial e mais 5 (cinco) de EAD, será necessária a contratação de mais 600 (seiscentos) docentes da classe A, sob regime de 40h/DE (Dedicação Exclusiva), para os novos cursos presenciais e 80 (oitenta) docentes da classe A, sob regime de 40h/DE (Dedicação Exclusiva), para os cursos na modalidade de ensino a distância, o que somará um total de 860 (oitocentos e sessenta) docentes.

Já para o colégio de aplicação, estima-se que serão necessários 80 (oitenta) professores distribuídos nos diversos níveis de ensino oferecidos por esse órgão.

### 5.3.3 - Contratação de servidores Terceirizados

De acordo com o quadro atual tanto de servidores terceirizados da UAG quanto dos que compõem o quadro atual da Sede/UFRPE, foi feita uma previsão de cargos e

funções de terceirizados para a UFGA, conforme descrito no quadro abaixo, o que totaliza um universo de 376 profissionais:

**Quadro 13.**Previsão de cargos e funções de terceirizados para a UFGA.

<b>CARGO</b>	<b>QUANTIDADE</b>
<b>SUPERVISOR MANUTENÇÃO PREDIAL</b>	1
<b>TÉCNICO ELETROTÉCNICO</b>	3
<b>ELETRICISTA JÚNIOR</b>	4
<b>REPARADOR POLIVALENTE</b>	4
<b>AUXILIAR DE MANUTENÇÃO</b>	4
<b>CONTROLADOR DE PRODUÇÃO</b>	2
<b>TÉCNICO DE SEG. DO TRABALHO</b>	1
<b>ALMOXARIFE</b>	1
<b>AUXILIAR DE ALMOXARIFE</b>	1
<b>MARCINEIRO</b>	1
<b>CARPINTEIRO</b>	1
<b>OFICIAL DE AGUA E ESGOTO</b>	5
<b>PEDREIRO - GESSEIRO</b>	5
<b>PINTOR</b>	5
<b>SERRALHEIRO FERRO/ALUMINIO</b>	2
<b>AUXILIAR DE MANUTENÇÃO PREDIAL</b>	21
<b>OFICIAL DE M. PREDIAL</b>	3
<b>ELETRICISTA NÍVEL 1</b>	3
<b>ELETRICISTA NÍVEL 2</b>	6
<b>MESTRE ELETRICISTA</b>	3
<b>TÉCNICO EM TELECOMUNICAÇÕES</b>	4
<b>TÉCNICO EM REDES</b>	5
<b>SUPERVISOR ELÉTRICA E TELECOMUNICAÇÕES</b>	1
<b>AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS</b>	75
<b>AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS CAPINAÇÃO</b>	40
<b>ENCARREGADO (SERVIÇOS GERAIS)</b>	2
<b>VIGILANTES</b>	60
<b>VIGILANTE LÍDER</b>	1
<b>PORTEIRO</b>	27
<b>RECEPCIONISTA</b>	36
<b>RECEPCIONISTA HOSPITALAR</b>	4

<b>MOTORISTAS</b>	15
<b>TRATADOR DE ANIMAIS</b>	5
<b>TRATORISTA</b>	3
<b>TÉCNICO EM MECÂNICA</b>	3
<b>LAVADOR DE ROUPA HOSPITALAR</b>	3
<b>COPEIRA</b>	10
<b>LAVADOR DE VEÍCULOS</b>	5
<b>SUPERVISOR</b>	1
<b>TOTAL</b>	<b>376</b>

#### **5.4. INFRAESTRUTURA FÍSICA**

Com base no organograma geral e no dimensionamento de 30 (trinta) cursos presenciais e 5 (cinco) cursos de EAD que serão oferecidos na sede da UFGA e em duas unidades acadêmicas, foram projetadas as instalações físicas necessárias para o funcionamento pleno das atividades.

##### **5.4.1- Estrutura Física para Suporte ao Ensino e Setores Administrativos – Sede da UFGA**

É importante destacar que a UFGA terá disponível uma área de cerca de 187.000 (cento e oitenta e sete mil) metros quadrados para a construção de edificações, vias de acesso e estacionamentos. A partir de tal área, segue a descrição da estrutura física necessária para a implantação da sede da UFGA, o que dará suporte aos cursos já existentes, assim como a proposta de ampliação de cursos. Igualmente delinea-se a demanda física requerida para a criação de duas unidades acadêmicas.

### 5.4.1.1- Detalhamento das Estruturas Físicas de Apoio as Atividades Acadêmicas e Administrativas.

**Quadro 14.** Estimativa Orçamentária - Construções Novos Prédios (Sede)

Designação	Bloco	Área de Construção Unitária (m <sup>2</sup> )	Quantidade de Novos Prédios	Área de Construção Total (m <sup>2</sup> )	Estimativa R\$ m <sup>2</sup>	Estimativa Orçamentária
Ensino de Graduação	Profissional (novos cursos)	3,700.00	1	3,700.00	R\$ 2,917.00	R\$ 10,792,900.00
	Básico (total de cursos)	9,000.00	1	9,000.00	R\$ 2,917.00	R\$ 26,253,000.00
	Laboratórios de ensino	3,700.00	3	11,100.00	R\$ 2,917.00	R\$ 32,378,700.00
	Laboratórios de pesquisa	3,700.00	3	11,100.00	R\$ 2,917.00	R\$ 32,378,700.00
	Blocos de professores	2,284.00	3	6,852.00	R\$ 2,917.00	R\$ 19,987,284.00
	Bibliotecas torial	2,880.00	1	2,880.00	R\$ 2,917.00	R\$ 8,400,960.00
	Espaço de convivência, diretórios acadêmicos	1,000.00	1	1,000.00	R\$ 2,917.00	R\$ 2,917,000.00
	Residência Estudantil	850.00	3	2,550.00	R\$ 2,918.00	R\$ 7,440,900.00
<b>SUB - TOTAL (A)</b>						<b>R\$ 140,549,444.00</b>
Designação	Bloco	Área de Construção Unitária (m <sup>2</sup> )	Quantidade de Novos Prédios	Área de Construção Total (m <sup>2</sup> )	Estimativa R\$ m <sup>2</sup>	Estimativa Orçamentária
Estrutura para Administração	Bloco - Técnicos Administrativos)	3,840.00	2	7,680.00	R\$ 2,917.00	R\$ 22,402,560.00
	Reitoria + Pró-reitorias	3,840.00	2	7,680.00	R\$ 2,917.00	R\$ 22,402,560.00
	Prefeitura	1,000.00	1	1,000.00	R\$ 2,917.00	R\$ 2,917,000.00
	Setor de Transporte	3,000.00	1	3,000.00	R\$ 2,917.00	R\$ 8,751,000.00
	Editora	600.00	1	600.00	R\$ 2,917.00	R\$ 1,750,200.00
	<b>SUB - TOTAL (B)</b>					

<b>Designação</b>	<b>Bloco</b>	<b>Área de Construção Unitária (m²)</b>	<b>Quantidade de Novos Prédios</b>	<b>Área de Construção Total (m²)</b>	<b>Estimativa R\$ m²</b>	<b>Estimativa Orçamentária</b>	
Ensino de Pós-Graduação, EAD, Colégio de Aplicação	Bloco - Ensino de Pós-Graduação	3,700.00	1	3,700.00	R\$ 2,917.00	R\$ 10,792,900.00	
	Bloco - Ensino de Educação à Distância	1,200.00	1	1,200.00	R\$ 2,917.00	R\$ 3,500,400.00	
	Colégio de Aplicação	1,850.00	1	1,850.00	R\$ 2,917.00	R\$ 5,396,450.00	
	<b>SUB - TOTAL (C)</b>						<b>R\$ 19,689,750.00</b>
<b>Designação</b>	<b>Bloco</b>	<b>Área de Construção Unitária (m²)</b>	<b>Quantidade de Novos Prédios</b>	<b>Área de Construção Total (m²)</b>	<b>Estimativa R\$ m²</b>	<b>Estimativa Orçamentária</b>	
Outros	Departamento de Qualidade de Vida (DQV)	1,200.00	1	1,200.00	R\$ 2,917.00	R\$ 3,500,400.00	
	Anfiteatro	1,800.00	1	1,800.00	R\$ 2,917.00	R\$ 5,250,600.00	
	Centrais de Manejo (Fazenda)	350.00	4	1,400.00	R\$ 2,917.00	R\$ 4,083,800.00	
	Atendimento Animais de Grande Porte (HV)	1,500.00	1	1,500.00	R\$ 2,917.00	R\$ 4,375,500.00	
	<b>SUB - TOTAL (D)</b>						<b>R\$ 17,210,300.00</b>
	<b>Designação</b>	<b>Quant Cursos (UAG - Atual)</b>	<b>Valor realizado (2011)</b>	<b>INCC Médio</b>	<b>Quant Cursos (Prospecção - 2019)</b>	<b>Estimativa Orçamentária</b>	
	Agenciamento	7.00	R\$ 2,993,510.90	7.00%	14.00	R\$ 10,286,818.12	
<b>SUB - TOTAL (E)</b>						<b>R\$ 10,286,818.12</b>	

#### **5.4.2- Estrutura Física para Suporte ao Ensino e aos Setores Administrativos das Unidades Acadêmicas**

No que tange à construção de prédios para duas unidades acadêmicas de *campi* avançados da UFGA, serão detalhados aspectos da estrutura física que dizem respeito às novas edificações e ao agenciamento delas.

5.4.3 - Detalhamento das Estruturas Físicas de Apoio às Atividades Acadêmicas e Administrativas das Unidades Acadêmicas.

Quadro 15. Estimativa Orçamentária - Construções Novos Prédios (Campi Avançados)

ESTIMATIVA ORÇAMENTÁRIA - CONSTRUÇÕES NOVOS PRÉDIOS - CAMPI AVANÇADOS							
Designação	Bloco	Área de Construção Unitária (m <sup>2</sup> )	Quantidade de Novos Prédios	Área de Construção Total (m <sup>2</sup> )	Estimativa R\$ m <sup>2</sup>	Estimativa Orçamentária	
UNIDADE ACADÊMICA 01	Prédio de Aulas	1,850.00	2	3,700.00	R\$ 2,917.00	R\$ 10,792,900.00	
	Laboratórios de ensino	960.00	1	960.00	R\$ 2,917.00	R\$ 2,800,320.00	
	Laboratórios de pesquisa	960.00	1	960.00	R\$ 2,917.00	R\$ 2,800,320.00	
	Bloco de professores	1,712.00	1	1,712.00	R\$ 2,917.00	R\$ 4,993,904.00	
	Bloco Administrativo	960.00	1	960.00	R\$ 2,917.00	R\$ 2,800,320.00	
	Biblioteca Central	1,168.00	1	1,168.00	R\$ 2,917.00	R\$ 3,407,056.00	
	Residência Estudantil	850.00	1	850.00	R\$ 2,917.00	R\$ 2,479,450.00	
	Cantina Universitária	350.00	1	350.00	R\$ 2,917.00	R\$ 1,020,950.00	
	Quadra Poliesportiva	1,350.00	1	1,350.00	R\$ 495.36	R\$ 668,736.48	
	<b>SUB - TOTAL (A')</b>						<b>R\$ 31,763,956.48</b>
	Designação	Quant Cursos (UAG)	Valor realizado (2011)	INCC Médio	Quant Cursos (Prospecção - 2019)	Estimativa Orçamentária	
Agenciamento	7.00	R\$ 2,993,510.90	7.00%	5.00	R\$ 3,673,863.61		
<b>SUB - TOTAL (A'')</b>						<b>R\$ 3,673,863.61</b>	
<b>SUB - TOTAL (A)</b>						<b>R\$ 35,437,820.09</b>	

Designação	Bloco	Área de Construção Unitária (m²)	Quantidade de Novos Prédios	Área de Construção Total (m²)	Estimativa R\$ m²	Estimativa Orçamentária	
UNIDADE ACADÊMICA 02	Prédio de Aulas	1,850.00	2	3,700.00	R\$ 2,917.00	R\$ 10,792,900.00	
	Laboratórios de ensino	960.00	1	960.00	R\$ 2,917.00	R\$ 2,800,320.00	
	Laboratórios de pesquisa	960.00	1	960.00	R\$ 2,917.00	R\$ 2,800,320.00	
	Bloco de professores	1,712.00	1	1,712.00	R\$ 2,917.00	R\$ 4,993,904.00	
	Bloco Administrativo	960.00	1	960.00	R\$ 2,917.00	R\$ 2,800,320.00	
	Biblioteca Central	1,168.00	1	1,168.00	R\$ 2,917.00	R\$ 3,407,056.00	
	Residência Estudantil	850.00	1	850.00	R\$ 2,917.00	R\$ 2,479,450.00	
	Cantina Universitária	350.00	1	350.00	R\$ 2,917.00	R\$ 1,020,950.00	
	Quadra Poliesportiva	1,350.00	1	1,350.00	R\$ 495.36	R\$ 668,736.48	
	<b>SUB - TOTAL (B')</b>						<b>R\$ 31,763,956.48</b>
	<b>Designação</b>	<b>Quant Cursos (UAG)</b>	<b>Valor realizado (2011)</b>	<b>INCC Médio</b>	<b>Quant Cursos (Prospecção - 2019)</b>	<b>Estimativa Orçamentária</b>	
	Agenciamento	7.00	R\$ 2,993,510.90	7.00%	5.00	R\$ 3,673,863.61	
<b>SUB - TOTAL (B'')</b>						<b>R\$ 3,673,863.61</b>	
<b>SUB - TOTAL (B)</b>						<b>R\$ 35,437,820.09</b>	
<b>TOTAL (A+B)</b>						<b>R\$ 70,875,640.19</b>	

#### 5.4.4 – Estimativa Orçamentária para a Construção das Edificações Previstas para a UFGA e duas Unidades Acadêmicas

Após realizar o levantamento da estrutura física necessária para a criação da UFGA e suas unidades acadêmicas, cumpre expor a estimativa orçamentária necessária à implantação da universidade. Para a obtenção desse cálculo, fez-se uma estimativa média do valor monetário de 1 (um) metro quadrado construído, o que gerou um valor estimado por metro quadrado, conforme detalhamento nos quadros de estimativa orçamentária a seguir. Na projeção desse cálculo, as estruturas físicas supracitadas chegaram aos seguintes números:

**Quadro 16.** Estimativa orçamentária da nova UFGA.

<b>Estruturas</b>	<b>Valor Total em Reais</b>
Sede da UFGA	R\$ 286.353.082,12
Pertencentes as Duas Unidades Acadêmicas	R\$ 81.535.640,19
<b>Valor Total</b>	<b>R\$367.888.722,31</b>

Ressalte-se que o valor total apresentado contempla edificações e equipamentos como ar-condicionado e plataforma elevatória, além do agenciamento no entorno dos prédios.

#### 5.4.5 - Estrutura Veicular para Suporte às Atividades Acadêmicas e Administrativas da UFGA

A aquisição de veículos para dar suporte às atividades de ensino, pesquisa e extensão é outra grande necessidade a ser considerada. Desta forma, foi projetada a demanda seguinte:

**Quadro 17.** Estimativa da Estrutura Veicular para Suporte às Atividades Acadêmicas .

<b>Especificação dos Veículos</b>	<b>Quantidade</b>
Veículo tipo SUV a diesel	04
Veículo utilitário tipo caminhonete cabine dupla 4x4 a diesel	21
Carros de passeio para transporte de no máximo 05 ocupantes	18
Caminhão leve rodado duplo carga seca	01
Caminhão leve rodado duplo baú	01

Caminhão leve rodado duplo Munck, com cesto aéreo	01
Motocicletas	03
<b>Especificação dos Veículos</b>	<b>Quantidade</b>
Ônibus 02 eixos cabinado - capacidade de lotação entre 45 a 50 pessoas	05
Micro-ônibus - capacidade de carga entre 25 a 30 pessoas	06
VAN - capacidade de carga 12 a 16 pessoas	05
Ambulância	01
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>66</b>

#### **5.4.6 - Estimativa Orçamentária para Aquisição de Veículos**

O levantamento da demanda de veículos necessários ao desenvolvimento das atividades acadêmicas e administrativas da UFGA permitiu traçar a estimativa orçamentária para a aquisição dos veículos supracitados no montante de R\$ 9.548.000,00 (nove milhões e quinhentos e quarenta e oito mil reais).

#### **5.4.7 - Estimativa Orçamentária para implantação da UFGA**

No que tange ao orçamento para a implantação da infraestrutura necessária de instalações físicas, estruturais e veiculares, é necessário o valor de R\$ 377.436.722,31 (trezentos e setenta e sete milhões e quatrocentos e trinta e seis mil e setecentos e vinte e dois e trinta e um centavos de real).

### **5.5 Cronograma de Implantação da UFGA**

Em relação ao cronograma para o início da implantação da UFGA, aguarda-se a aprovação do projeto de criação da nova Universidade pelo Ministério da Educação, bem como a aprovação do Projeto de Lei pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal e sua homologação e publicação no Diário Oficial da União pela Presidência da República. Assim, as contratações de servidores e a construção de edificações serão definidas de acordo com o calendário contido na lei que homologará a criação da UFGA.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A leitura das páginas anteriores dão claramente a dimensão plural em que se assentou a construção deste Projeto. Trata-se de um texto construído pela comunidade da Unidade Acadêmica de Garanhuns, envolvendo a totalidade das categorias que fazem parte desta instituição de ensino, bem como a comunidade da UFRPE sede, se levado em conta que desde os primórdios da implantação da unidade, era propósito desta comunidade, e para isso tínhamos a garantia dos nossos gestores da UFRPE, que deveríamos trabalhar no sentido de sermos independentes.

Com este propósito, estamos finalizando o Projeto de Emancipação através da proposta de criação da Universidade Federal de Garanhuns – UFGA, nas atuais estruturas da Unidade Acadêmica de Garanhuns - UAG. O Projeto foi cioso nas retomadas e propostas realizadas, como forma de apresentar com substância as informações que julgamos necessárias à apresentação e à avaliação da proposta.

Muito esforço foi empreendido nesta proposição. Muita energia necessária num fim de ano corrido e num cenário de mudanças como o que vive a Educação brasileira foi incentivo para a busca da melhor forma de dizer o que éramos, o que somos e o que pretendemos ser como Universidade. Tudo isso com o esforço da pesquisa, da busca da referência, da sistematização de dados de contexto para tornar o projeto consistente, o que fez nossa comunidade interagir unida num mesmo esforço de autonomia e de crescimento.

Aliado a tudo o que tentamos mostrar como justificativa e credencial para pleitearmos a constituição de uma nova IES, apresentamos, por fim, a força de nosso capital humano, de todos os segmentos e funções, que faz da UAG o que ela é e o que ela será. Existe um grande potencial humano que, em sintonia com as possibilidades e necessidades do Agreste nordestino, perspectivado com esta nova Universidade a partir do Estado de Pernambuco, poderão trazer para o parque Universitário brasileiro uma Universidade de renome científico e de positiva ação prática – se considerarmos os dados levantados e a carência de um empreendimento deste porte na região sublinhada.

Por fim, reconhecemos a Universidade Federal Rural de Pernambuco não apenas como sede de nossa atual Unidade Acadêmica, mas como matriz de todos os processos aqui implantados e desenvolvidos. Reconhecemo-la também como grande incentivadora

de nosso crescimento e, neste momento, de nossa busca de autonomia. Com a UFRPE caminhamos nesses onze anos e caminharemos no período de tutoria, caso este Projeto venha a ser aprovado. E caminharemos mais, alinhando sempre os objetivos de prover conhecimento de excelência e melhoria das condições humanas para Pernambuco e para o Brasil.

Fazemos uma menção final ao Ministério da Educação que neste momento acolhe o interesse desta Unidade em apresentar as credencias de serviços prestados e de investimentos científicos a consolidar na forma de um Projeto de Emancipação. Que a avaliação nos seja instrutiva do que podemos melhorar para crescer como Unidade ou ajustar para se reconfigurar como Universidade – a Universidade Federal de Garanhuns – que é o motivo fundante desta proposta e o anseio maior desta Comunidade de saber e fazer.

## 7. REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

AGENCIA CONDEPE/FIDEM. **Pernambuco: Realidade e Desafios**. Recife, 2009.

AGENCIA CONDEPE/FIDEM. **Pernambuco em Mapas**. Coord. Ruskin Marinho de Freitas e Kamila Soares de Arruda Santos. Recife, 2011.

AGENCIA CONDEPE/FIDEM. **Pernambuco em Rede: Caracterização das regiões de influência das cidades pernambucanas**. Coord. Ruskin Marinho de Freitas e Georgia Cavalcanti Alves de Miranda. Recife, 2012.

AGENCIA CONDEPE/FIDEM. **Pernambuco em Rede: Caracterização das regiões de influência das cidades pernambucanas**. Coord. Ruskin Marinho de Freitas e Georgia Cavalcanti Alves de Miranda. Recife, 2013. Disponível em: <http://www.condepefidem.pe.gov.br>. Acesso em novembro de 2016.

BRASIL. **Lei n. 9.394 de 20 de dezembro 1996**, estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília-LDB: MEC/SEMTEC, 1996.

BRASIL. **Lei n° 12.343 de 2 setembro de 2010**, aprova o Plano Nacional de Cultura - PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais – SNIIC e dá outras providências. Diário Oficial da União, 2010.

BRASIL. Ministério da Cultura – MinC. **Metas do Plano Nacional de Cultura**. 3° edição, 113p, 2013.

BRASIL. Ministério da Cultura – MinC. **Como Fazer um Plano de Cultura**. 50p, 2013.

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. **Avaliação de projetos sociais**. 2ª ed. Petrópolis/ Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação da educação superior**. Petrópolis: Vozes, 2000.

Estado e Educação. Tese de doutoramento no Centro de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2015.

FORPROEX. **Avaliação Nacional da Extensão Universitária**. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Brasília: MEC/SESu-Paraná-UFPR-Ilheus/BA-UESC, 2001. (Coleção Extensão Universitária, v. 3). 98p.

FORPROEX FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Avaliação da Extensão Universitária – Práticas e Discussão Permanente de Avaliação da Extensão.** PROEX/CPAE; PROEX/UFGM, (Coleção Extensão Universitária, v. 8). 165p. 2013.

FORPROEX. FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Extensão Universitária: Organização e Sistematização.** Belo Horizonte: COOPMED, (Coleção Extensão Universitária; v.6), 2007.

MDA – Ministério do Desenvolvimento. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Agreste Meridional de Pernambuco**, 2011.

RYLE, Gilbert et. al. **Expressões sistematicamente organizadas e outros ensaios.** In: Os pensadores. São Paulo: Victor Cevita, 1975.

SRHE. Secretaria de Recursos Hídricos- PE. Disponível em: [http://www.srhe.pe.gov.br/documentos/PDF\\_Mapas/Bacias/BaciasHidrograficas\\_atlas2006.pdf](http://www.srhe.pe.gov.br/documentos/PDF_Mapas/Bacias/BaciasHidrograficas_atlas2006.pdf) Acessado em: 27/10/16

SILVA, A. S. **Territorialidades em torno das águas: discurso e práticas de apropriação e uso dos mananciais em Garanhuns/PE.** Tese de doutoramento no Programa de Pós-graduação em Educação, da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

UBIRAJARA, C. R. C. **Garanhuns/PE, ações educativas e dinâmica socioespecial: uma análise geo histórica das relações estabelecidas entre Religião, Estado e Educação.** Tese de doutoramento no Centro de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2015.

UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Plano Nacional de Extensão Universitária.** Manaus: FORPROEX, 2012.